

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JACQUELINE MONTEIRO DOS SANTOS

O IMPERADOR ITINERANTE:  
D. PEDRO II NO EGITO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

CURITIBA  
2012

JACQUELINE MONTEIRO DOS SANTOS

O IMPERADOR ITINERANTE:  
D. PEDRO II NO EGITO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito parcial à conclusão do Curso de História – Bacharelado e Licenciatura, Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Senna Garraffoni

CURITIBA  
2012

Aos meus pais, por me concederem a maior das viagens: a vida;  
À memória do viajante Pedro de Alcântara (1825-1891).

## AGRADECIMENTOS

À professora Renata Senna Garraffoni, pela orientação, dedicação, incentivo, apoio, confiança e paciência ao longo desta jornada de dois anos e meio pelos meandros dos usos do passado. Muito obrigada por ter tornado o meu sonho de estudar o antigo Egito uma realidade.

Aos professores Pedro Paulo Funari, Raquel dos Santos Funari, Margaret Bakos e Moacir Elias Santos, por estimularem em mim, por meio de seus estudos, o interesse pelas relações entre Egito antigo e Brasil.

À professora Martha Daisson Hameister, pela amizade, broncas, ótimas indicações bibliográficas e, principalmente, pela disposição em ajudar os alunos e variadas conversas sobre história e arqueologia.

Às amigas que realizei durante minha vida acadêmica, mas em especial àqueles que mesmo não sabendo, estarão sempre em meu coração: Érica Margas Cima, Nikesara Luana de Jesus, Rafaela de Sousa Trentini, Guilherme Floriani Saccomori e Ricardo Antonio Marini. Obrigada por todos vocês tornarem este percurso de quatro anos e meio os mais prazerosos e felizes.

À Annelise Maria Schneider, grande e especial amiga que sempre esteve disposta a me ajudar, tranquilizar em momentos críticos e incentivar meus empreendimentos em todas as situações. Agradeço à sua verdadeira amizade por todo esse tempo. Minha viagem pelo mundo acadêmico não teria sido o mesmo sem você!

À Giselle Marques Camara, pela disponibilidade em me ajudar com a pesquisa, enviando-me o corpus documental e suas produções acadêmicas, pela atenção, generosidade, compartilhamento de ideias e, principalmente, pela paixão em comum: a Egiptologia.

Aos meus pais, que desde o início desta pesquisa me incentivaram e acreditaram em minha capacidade, mesmo quando eu mesma não acreditava. Obrigada por não me permitirem desistir nos momentos de tensão, desespero e desânimo, e por fazerem tudo por mim. Esta pesquisa é para e por vocês.

À pequena peludinha Chiara, que há quase quatro anos alegrou minha vida e que a todo o momento, com suas pequenas aventuras caninas, me faz viajar pelo mundo dos risos e sorrisos.

E por último, mas não menos importante, à Deus, por me conceder forças em tudo.

"Quem controla o passado, controla o futuro.  
Quem controla o presente, controla o passado."  
(ORWELL, GEORGE)

## RESUMO

A Egiptologia, ciência que surgiu no continente europeu a partir da *Redescoberta do Egito* em fins do século XVIII e transcorrer do XIX, não tardou em chegar ao território brasileiro e a cativar um exímio estudioso e intelectual nacional: D. Pedro II do Brasil (1825-1891), um imperador amante das ciências e do conhecimento. Grande viajante, o monarca brasileiro, além de conhecer vários países europeus e orientais, foi o precursor do turismo de brasileiros nas terras banhadas pelo rio Nilo, visitando-as em 1871 entre 1876 e 1877. De suas viagens ao Egito, foram-nos legados dois diários que trazem em suas páginas, com acuidade e destreza, várias ponderações, reflexões, impressões e sentimentos sobre o passado egípcio e a sociedade oriental moderna. Levando em consideração o contexto do século XIX, tanto em seu âmbito ocidental - permeado por discursos e concepções ocidentais sobre o Oriente - quanto nacional - envolvido por questões referentes à construção de uma identidade nacional para o Brasil -, o objetivo desta pesquisa, tendo como documentação primária os dois diários de viagem do imperador e como fundamento metodológico a Análise do Discurso, é observar e refletir, sob a óptica dos Usos do Passado, o lugar, no discurso de D. Pedro II, dedicado à construção do Oriente e, principalmente, do antigo e moderno Egito no projeto de identidade nacional brasileira.

Palavras-chave: D. Pedro II no Oriente; Egito antigo; Identidade Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA A SERVIÇO DO PODER: OS USOS DO PASSADO</b> .....	14
1.1 USOS DO PASSADO.....	14
1.2 ORIENTALISMO: O ORIENTE INVENTADO PELO OCIDENTE.....	21
1.3 REDESCOBRINDO O EGITO: O DESENVOLVIMENTO DA EGIPTOLOGIA NO SÉCULO XIX E A CHEGADA DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA NO BRASIL.....	24
1.4 O ANTIGO EGITO NOS TRÓPICOS.....	32
<b>2. PEDRO DE ALCÂNTARA: UM IMPERADOR ITINERANTE</b> .....	37
2.1 “A SCIENCIA SOU EU”: D. PEDRO II, UM IMPERADOR INTELECTUAL.....	39
2.1.1 Um monarca ilustrado nos trópicos.....	43
2.2 VIAGENS PELO BRASIL ADENTRO.....	47
2.3 PEDRO DE ALCÂNTARA: ALÉM DE IMPERADOR, UM VIAJANTE BRASILEIRO NO EXTERIOR.....	48
2.3.1 Um brasileiro na Terra dos Faraós .....	52
<b>3. A CONSTRUÇÃO DO ANTIGO E MODERNO EGITO NOS DIÁRIOS DE VIAGEM DE D. PEDRO II</b> .....	57
3.1 PERCEPÇÕES DO ANTIGO E DO MODERNO EGITO NA VIAGEM PELO BAIXO NILO – 1871.....	58
3.1.1 D. Pedro II e o esplendor pelo antigo Egito.....	60
3.1.2 Construções e reflexões sobre o moderno Egito.....	62
3.1.3 Descrições e classificações do outro: o oriental.....	63
3.2 VIAGEM AO ALTO EGITO: A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO EGÍPCIO.....	65
3.2.1 O olhar do viajante Pedro de Alcântara diante da natureza e de vilarejos modernos.....	67
3.2.2 D. Pedro II e o antigo Egito.....	69
3.2.3 D. Pedro II e a preocupação com a preservação patrimonial.....	72
3.3 O EGITO COMO CONTRAPONTO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL.....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

A reflexão histórica e a noção de história nos remonta a um passado muito remoto. No Ocidente, suas raízes são tradicionalmente situadas no quinto século a.C. da Grécia Antiga, como uma pesquisa que tinha o intuito compreender os conflitos no presente<sup>1</sup>. Conforme nos apontou Jacques Le Goff, a antiguidade greco-romana situou o gênero histórico no âmbito da arte literária com a função de deleite e utilidade moral, sendo também prevista uma concepção e uma prática “científica” da história, a investigação das causas e a procura pela verdade<sup>2</sup>. Tratava-se, deste modo de uma atividade de compreensão do mundo, uma maneira de se conhecer e investigar o presente.

Durante séculos, segundo Estevão Rezende Martins, a História, na tradição ocidental de origem greco-romana, oscilou entre estilos e objetos, circunscrevendo a hagiografia política, a filosofia ou a teologia<sup>3</sup>. De acordo com o estudioso, com o advento da crítica racional no Renascimento e, principalmente, com o Iluminismo, cuja consolidação se sucedeu no século XVIII, a reflexão histórica sofreu uma espécie de repaginação teórica e metódica que acabou por culminar em sua cientifização<sup>4</sup>. A História como ciência, delineada, portanto, no âmbito permeado pelo racionalismo do século XVIII, se consolidou como disciplina acadêmica no século XIX. Entretanto, como nos informa Pedro Paulo Funari, Glaydson José da Silva e Adilton Luís Martins, a reflexão histórica da modernidade, oriunda deste novo cenário onde o ponto de referência específica como critério para a cientificidade era a ciência natural, distanciou-se dos modelos subjetivos da antiguidade<sup>5</sup> e se pautou em valores associados ao conhecimento científico, tais como a objetividade, a imparcialidade, a racionalidade e a procura pela verdade absoluta. Neste sentido, Leopold von Ranke<sup>6</sup> é um

---

<sup>1</sup> FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. “Introdução”. In: FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. (Org). **História Antiga: contribuições brasileiras**. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2008, p.7

<sup>2</sup> LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 84.

<sup>3</sup> MARTINS, E. R. Introdução: O renascimento da História como ciência. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **A História pensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 8

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> De acordo com Josep Fontana, Leopold von Ranke (1795-1886) é comumente considerado o fundador do “historicismo a aquele que seria o divulgador dos novos métodos “científicos” da história. Para mais informações sobre Ranke e o historicismo, Cf.: FONTANA, J. Historicismo e Nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004; HOLANDA, S. B. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In \_\_\_\_\_. **História: Ranke**. São Paulo: Ática, 1979. p. 65-79.

marco na busca e no estabelecimento de um lugar próprio e de uma metodologia própria para a normatização da disciplina histórica, definida, em termos gerais, como aquela que pretendia relatar, nas palavras de von Ranke, os fatos tais como eles aconteceram - *wie es eigentlich gewesen* -, o que implicava, em certa medida, na procura pela imparcialidade por parte do historiador frente à sua documentação.

O desenvolvimento e a consolidação da “história científica” estavam inseridos num contexto político específico vivenciado pelas sociedades europeias: a formação dos estados nacionais e a conseqüente elaboração de identidades. Conforme Margarita Diaz-Andreu, a palavra *nação*, que em sua origem latina significava amplamente “lugar de origem” - tendo como referência cidade, região, comarca ou país -, a partir do fim do século XVIII ficou mais restrita, se referindo, essencialmente, ao território do estado<sup>7</sup>. Em consonância com tal concepção, a “história científica”, construída inicialmente na Alemanha do século XIX sob os pressupostos de Leopold von Ranke e posteriormente imitada no mundo inteiro,

não deveria [...] ocupar-se de estágios de desenvolvimento social, nem de “séculos” da cultura humana, mas das nações consideradas organicamente e os fatos estudados pelo historiador deveriam ser analisados individualmente, no contexto nacional [...]<sup>8</sup>

Buscavam-se no passado, elaborado por mãos de pesquisadores atrelados ao funcionalismo do estado e à política, cujo objetivo maior era o de evidenciar a unidade da nação e de legitimar as novas bases de poder, as origens do “elemento nacional” e a sua evolução. Neste sentido, os novos estados, que encarnavam a nação, não só recorreram à história, mas também à nascente ciência arqueológica, utilizando-as como ferramentas de legitimação e dominação. Procurava-se, portanto, uma ascendência gloriosa, a dignificação de grandes homens e os importantes feitos da nação, questões estas que permeariam o domínio da “historiografia tradicional”.

Importante ainda para a evolução da historiografia no século XIX foi, de acordo com Martins, a fundamentação metódico-documental oriunda da historiografia positivista, intimamente entrelaçada à tradição do historicismo alemão<sup>9</sup>. Conhecida, com mais propriedade, como *escola metódica*, esta corrente empirista e pragmática, que tinha como preocupação central o estabelecimento de um método para a disciplina histórica, foi avessa a

---

<sup>7</sup> Cf.: DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo e Arqueologia: O contexto político da nossa disciplina. **Revista Aulas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-42, out./nov. 2006. p. 7.

<sup>8</sup> FONTANA, J. *Op. Cit.*, p. 224.

<sup>9</sup> MARTINS, E. R. *Op. Cit.*, p. 11.

especulações filosóficas e procurava estabelecer a verdade por meio da objetividade, onde o passado era visto como uma sucessão de fatos protagonizados pelo estado e estabelecidos por meio de documentos e escritos oficiais<sup>10</sup>. O fato histórico, aqui, não era construído, mas buscado pelo historiador entre os meandros da documentação, onde estaria, objetivamente, *falando por si mesmo*.

O século XX, contudo, alteraria este panorama dominado pelos pressupostos da “História tradicional” e metódica, que paulatinamente deixava de atender às expectativas e aos interesses das novas gerações de historiadores. Por meio do repensar acerca do ofício do historiador e seus preceitos teórico-metodológicos, foi questionada a preponderância da história política, que trazia em seu âmago o passado factual reduzido aos jogos de poder, grandes feitos e distintos homens. Neste contexto, o movimento dos *Annales* teve essencial importância e influência, pois mediante uma *nova história* abriu proporcionou novos olhares, possibilidades e perspectivas para a análise do passado e o fazer historiográfico. Surgido no ano de 1929 sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre, o movimento dos *Annales* - que teve seu ponto culminante a partir de 1968 com a chamada *História Nova* - propôs, diante de seus questionamentos aos objetos de análise até então vigentes na disciplina histórica, inovações referentes a abordagens, métodos e fontes. Segundo o historiador Peter Burke, as ideias diretrizes eram

“a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história problema [...], a história de todas as atividades humanas e não apenas política [...], a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.”<sup>11</sup>

Os anseios de ultrapassar a barreira delimitada pelos fatos puramente políticos e proporcionar uma “história total”, onde tudo poderia se tornar passível de ser investigado pelo historiador, também proporcionaram, conforme abordou Jacques Le Goff ao versar sobre a *História Nova*, uma “revolução documental”<sup>12</sup>: não só mais documentos escritos e oficiais compõem as fontes de análise do pesquisador, mas ainda produtos de escavações arqueológicas, escritos dos mais variados tipos, pinturas, fotografias, filmes, entre muitos outros. Em suma, qualquer vestígio do passado humano se torna potencialmente uma fonte histórica, sendo esta definida pelo problema proposto pelo historiador.

Contribuíram igualmente para a reflexão do fazer historiográfico, a partir da década de 1960 e de maneira direta e transformadora, as proposições de Michel Foucault. De acordo

<sup>10</sup> MARTINS, E. R. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>11</sup> BURKE, P. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. A Revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 12.

<sup>12</sup> LE GOFF, J. A História Nova. In: \_\_\_\_\_. (Org). **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 28-29

com Margareth Rago, em artigo que explora a “revolução” produzida pelo filósofo na historiografia e seu efeito no Brasil<sup>13</sup>, os historiadores não puderam passar incólumes às suas análises conceituais: “[...] os historiadores [...] não puderam prescindir das noções de discurso, poder disciplinar, genealogia e sobretudo da contundente crítica à ideia de transparência de linguagem”<sup>14</sup>. Questionando o pressuposto de uma história controlada pelas condições herdadas do passado, onde o este estaria pronto para ser “descoberto” e trazido à tona, Foucault afirma que a história não é mais do que um *discurso*<sup>15</sup>. Para o filósofo, conforme aponta Margareth Rago em “A história repensada com ousadia” os documentos não eram uma simples transparência da realidade ou um reflexo do acontecimento, mas sim um outro acontecimento, ou seja, uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações: o documento, transformado pela história, seria um monumento<sup>16</sup>. Além disso, sendo o discurso entendido como uma prática, o passado é apropriado e construído pelo pesquisador – e seu presente – por meio de suas escolhas, concepções e visões de mundo, dando-lhe múltiplos significados<sup>17</sup>.

Atualmente, o repensar acerca do ofício do historiador e de suas relações com o passado está inscrita nas mudanças provocadas pelo pós-modernismo. Dentre as reflexões encaminhadas, além da morte dos centros e da incredulidade perante as metanarrativas e suas expectativas de visões totalizantes, insere-se a desconstrução da figura do historiador como objetivo e imparcial por excelência, sendo este, segundo Alexandre de Sá, também uma construção histórica, situado em uma rede de instituições, lugares de fala e interações<sup>18</sup>. O passado é apreendido, assim, por meio de discursos, ou seja, representações textuais e ideológicas elaboradas pelos historiadores.

Keith Jenkins, refletindo sobre estas questões em “A História Repensada”, nos aponta para a história como uma série de discursos referentes ao mundo que se apropria de uma pequena porção deste – no caso, o passado – e lhe dá significado. Além disso, para o autor, história e passado são categorias diferentes: a primeira se refere à historiografia e ao ofício do historiador e o segundo ao passado propriamente dito. Entretanto, nenhum

<sup>13</sup> RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995.

<sup>14</sup> RAGO, M. O efeito-Foucault... *Op. Cit.*, p. 69-70.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 72-73.

<sup>16</sup> RAGO, M. A história repensada com ousadia. In: JENKINS, K. **Repensando a História**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 10-11.

<sup>17</sup> GARRAFFONI, R. S. Arqueologia e História: a busca por um diálogo. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Antiguidade e medievo: olhares históricos-filosóficos da educação**. Maringá: Eduem, 2008.

<sup>18</sup> AVELAR, A. S. Pós-modernismo e os Ataques à História. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano III, n. 6, abr./2008. p.6

pesquisador consegue abarcar e dar conta da totalidade dos acontecimentos passados e recuperar o passado tal qual era, pois além de ilimitado, o passado é sempre percebido por meio das camadas sedimentares de interpretações anteriores<sup>19</sup>. Sendo, para Jenkins a história um discurso construído pelo pesquisador, a objetividade e a veracidade que permeiam a análise histórica são colocadas em questão: o historiador é um intérprete, que se interpõe entre o acontecimento passado e a leitura que dele se faz, sendo, portanto, a análise histórica parcial e condicionada pela própria visão de mundo daquele que a realiza<sup>20</sup>.

Partindo das perspectivas delineadas pela renovação historiográfica do século XX e, sobretudo, pelas ideias oriundas da pós-modernidade, consideramos a história como um constructo ideológico produzido pela subjetividade do historiador - no sentido de escolher e delimitar seus temas, fontes e métodos – e acreditamos, ainda, como nos recorda Georges Duby, que “*cada época constrói, mentalmente, sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas*”<sup>21</sup>. De acordo com Pedro Paulo Funari e Margareth Rago, cada época histórica, motivada por questões e valores do seu momento presente, tentou resgatar um passado que atendesse às suas necessidades identitárias, buscando estabelecer ideias de herança cultural e continuidade histórica<sup>22</sup>. Assim sendo, para além de “descobrir” o passado e trazê-lo à tona, narrando “o que de fato aconteceu”, o historiador, mediante visões de mundo e questões suscitadas pelo presente, constrói uma representação de épocas e acontecimentos precedentes. Ciência dos homens no tempo, a história é, em suma, uma visão, dentre muitas, que pode ser construída sobre o passado, não havendo, portanto, apenas uma única história, mas *histórias*.

A presente pesquisa, oriunda destas novas maneiras de se compreender e refletir sobre o passado, teve início com desejo e uma admiração pessoal mantida, por longos anos, pelo antigo Egito. Neste sentido, nossa investigação possui como temática a presença egípcia no Brasil do século XIX – especificamente o Brasil Imperial de D. Pedro II –, tendo como objeto de investigação a elaboração, a partir das narrativas de viagem do segundo monarca brasileiro ao Egito nos anos de 1871 e 1876-1877, de um discurso sobre o passado e a modernidade do território egípcio. A delimitação temporal de nosso estudo é associada, principalmente, à segunda metade do Oitocentos, momento no qual se deram as viagens do imperador ao exterior e, ainda, no qual buscava-se definir, para a emergente nação brasileira,

---

<sup>19</sup>JENKINS, K. *Op. Cit.*, p. 32-33.

<sup>20</sup>JENKINS, K. *Op. Cit.*, *passim*.

<sup>21</sup>DUBY, Georges. Un nominaliste bien tempéré. *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980. p. 44.

<sup>22</sup>FUNARI, P. P. A.; RAGO, M. **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 9.

um passado e uma identidade nacional que a inserisse no amplo conjunto das nações ocidentais.

Abordando o corpus documental selecionado para alvo de investigação, ou seja, os dois diários de viagem escritos pelo próprio monarca referente às suas estadias em terras egípcias, como discursos sobre o Egito, embasamo-nos teoricamente nos Usos do Passado. Esta corrente vinculada à História Antiga, surgida em fins do século XX diante de uma grande preocupação em se compreender e repensar o lugar da Antiguidade na modernidade e contemporaneidade, tem por objetivo principal refletir sobre as relações existentes entre passado e presente, assim como a intencionalidade e subjetividade de práticas e discursos vigentes. Foi este aporte teórico que nos possibilitou levantar alguns questionamentos, com os quais dialogaremos e refletiremos ao longo de nossa pesquisa: Há, na narrativa de D. Pedro II, a construção de um passado e uma modernidade para o Egito? Existe alguma articulação entre ciência e sua visão sobre as terras egípcias? É construída alguma relação entre Antigo/Moderno Egito e a elaboração de uma identidade nacional para a Nação brasileira?

Tendo como objetivos principais refletir a reconstrução de um passado egípcio, por D. Pedro II, a partir do desenvolvimento da Egiptologia no século XIX, analisar a importância dos discursos como detentores de intencionalidade e portadores de representações/visões de mundo e, ainda, contribuir para o profícuo debate que vem sendo desenvolvido em relação aos usos do passado e suas apropriações no campo da História e da Arqueologia, nossa monografia se encontra dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A História e a Arqueologia a serviço do poder: os usos do passado*, nos detemos a quatro assuntos principais: usos do passado, orientalismo, Egiptologia e a entrada desta nova ciência, surgida no século XIX, no trópicos. Assim sendo, o iniciamos trazendo alguns dos principais estudos referentes à apropriação do passado e sua utilização, principalmente no campo político, como artifício de legitimação; em seguida, refletimos sobre o discurso orientalista, discurso este que permeou o cenário sob o qual nasceu e se desenvolveu a Egiptologia e que marcou sua chegada ao território brasileiro; por fim, discutimos alguns aspectos da criação da ciência egiptológica e da relação entre antigo Egito e Brasil e sua vinculação com a família imperial brasileira, especialmente com D. Pedro II.

No capítulo subsequente, cujo título é *Pedro de Alcântara: um Imperador Itinerante*, refletimos, por meio de uma breve discussão historiográfica, sobre algumas das representações construídas em torno de sua imagem como um imperador *erudito e intelectual* nos estudos relacionados ao Brasil oitocentista ou à sua persona. Para compreender sua

representação como intelectual ilustrado, nos focaremos nas reflexões realizadas por Giselle Marques Camara, estudiosa que nos apresentou D. Pedro II como Pedro de Alcantara, ou seja, para além de imperador de um vasto território, um homem erudito e intelectual *in facto*, amante das ciências, das letras e do conhecimento e, também, preocupado com o progresso e o desenvolvimento da nação que governava. Ainda neste capítulo, versamos sobre o *monarca itinerante*, analisando o olhar de D. Pedro II em suas viagens e discorrendo sobre suas viagens pelo Brasil e pelo Exterior, focando em suas duas idas à terra dos Faraós entre os dias 28 de setembro e 11 de novembro de 1871 e, ainda, entre 08 de dezembro e 15 de janeiro de 1877 e em seus principais registros: os diários de viagem, onde narrou suas experiências, sentimentos e impressões sobre o Egito.

No terceiro e último capítulo, intitulado *A construção do antigo e moderno Egito nos diários de viagem de D. Pedro II*, analisamos, sob a metodologia da *Análise de Discurso*, o corpus documental selecionado para a pesquisa, procurando perceber de que maneiras o passado e a modernidade do Egito foram elaborados na narrativa do imperador. Para tanto, dividimos o capítulo em três elementos principais, sendo dois referentes à análise de cada um dos diários e o último à reflexão entre construções do Egito por parte de D. Pedro II e suas relações com a elaboração de uma identidade nacional.

Esta monografia, em suma, se constitui em um empenho, iniciado já nos anos de Iniciação Científica, primeiramente como voluntária e posteriormente como bolsista financiada pelo PIBIC/CNPq, tanto no que se refere ao exercício de leitura e análise crítica de bibliografias especializadas em diversas áreas do conhecimento, quanto no repensar sobre o mundo antigo e seus usos contemporâneos. Esperamos que com nossa reflexão, possamos contribuir intelectualmente para a reflexão de um passado antigo menos homogêneo, estático, generalizado e normatizado.

## 1. A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA A SERVIÇO DO PODER: OS USOS DO PASSADO

“A Antiguidade [...] não é boa ou ruim ‘por natureza’.  
Como toda herança, isso depende do uso que dela se faz”.  
(Dabdab Trablusi apud Glaydson José da Silva<sup>23</sup>)

Nossa monografia, tendo como objeto de investigação, a elaboração, por parte do imperador D. Pedro II, de um discurso acerca do antigo e moderno Egito, pretende refletir sobre as narrativas de D. Pedro II por meio de dois eixos teóricos principais: os usos do passado e o Orientalismo. Tendo em mente a perspectiva dos usos do passado e suas relações com a política moderna, este capítulo inicialmente aborda de maneira teórica as conexões estabelecidas entre passado e presente por meio de estudos históricos e arqueológicos pioneiros desenvolvidos tanto no Brasil quanto no exterior, abrangendo tanto a Antiguidade Clássica quanto a Oriental. Tais estudos, além de proporcionarem novas perspectivas para a abordagem da Antiguidade, proporcionam reflexões sobre como tantos passados foram apropriados e reconstruídos com várias intencionalidades políticas, culturais e sociais. Posteriormente, versa-se sobre o discurso orientalista sob a óptica estabelecida por Edward Said, com objetivo de compreender como o Oriente e o homem oriental foram representados sob o olhar ocidental, dialogando, por último, tendo em vista a importância das relações entre Egito e Brasil no século XIX, com a construção da Egiptologia e com a entrada da nova ciência em território brasileiro.

### 1.1 USOS DO PASSADO

Por muito tempo, acreditou-se, conforme nos apontou Martin Bernal, que a área “Estudos Clássicos” estivesse isolada e afastada frente às questões políticas da modernidade<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> SILVA, G. J. A Antiguidade romana e a desconstrução das identidades nacionais. In: FUNARI, P. P. A.; ORSER, E. C. JR., SCHIAVETTO, S. N. O (Orgs.). **Identidades, Discurso e Poder**: Estudos de Arqueologia Contemporânea. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2005.

<sup>24</sup> BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P.P. A. (Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - *Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 13.

Entretanto, desde a década de 1980 e, principalmente, 1990, os estudos relacionados à Antiguidade tem sido alvo de propostas analíticas diferenciadas e inovadoras: a perspectiva em que o mundo antigo é homogêneo, congelado num passado imóvel, conservador e despregado da política moderna vem sido questionada e desconstruída, proporcionando, além de novos olhares sobre diversas facetas do passado, o emergir e o delinear de uma História Antiga menos normativa e mais problematizada.

Nos contornos deste cenário heterogêneo, proporcionado pelas novas metodologias, abordagens e documentações para a análise e a reflexão do passado, o estereótipo isolacionista da disciplina tem sido alvo de diversas críticas por parte de historiadores que tem se dedicado ao repensar das relações entre passado e presente. De acordo com o estudioso Glaydson José da Silva, de várias maneiras e em diversos períodos, a Antiguidade, principalmente Clássica, foi retomada na longuíssima história ocidental, estando em muitos momentos presente nas elaborações de identidades coletivas – sejam elas relacionadas a grupos limitados, a etnias ou nações – e na constituição de estados nacionais, atuando como uma referência legitimadora de poder, superioridade e dominação. Os europeus do século XVII e XVIII, conforme Glaydson José da Silva,

preocupados em definir-se em relação aos *selvagens*, aos *primitivos*, [...] vão buscar, na Antiguidade, referenciais legitimadores de sua ascendência étnica – romana ou grega – e sua conseqüente superioridade, criando, a partir daí, um espelho onde os ocidentais pudessem mirar essa mesma superioridade, no suplantar de suas origens mestiças, construindo-se à medida que se construam os outros.<sup>25</sup>

Neste contexto permeado pela *invenção do Ocidente* e, sobretudo no século XIX, a História e a Arqueologia desempenharam um papel fundamental nos projetos políticos europeus: na grande busca por origens e heranças legadas às civilizações ocidentais, estas novas disciplinas, que mapeavam, esquadrihavam e classificavam o mundo antigo e seus patrimônios sobreviventes das ações dos séculos, foram utilizadas como instrumentais ideológicos na definição e afirmação de propósitos colonizadores e imperiais, atuando diretamente também na escrita e na leitura das histórias nacionais <sup>26</sup>.

Neste sentido, são de relevância, para a compreensão dos usos do passado antigo como um meio de legitimação de poderes políticos, culturais e sociais, as percepções desenvolvidas por Martin Bernal e Laurent Olivier, percepções estas que, abrangendo a

---

<sup>25</sup> SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade son o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume Editora , 2007 p. 32.

<sup>26</sup>SILVA, G. J. *Op. Cit.*, p. 33.

História e a Arqueologia, em muito influenciaram, tanto em suas décadas de publicação quanto posteriormente, novas perspectivas para a construção e a reflexão de um passado mais abrangente e problematizado, inclusive a que propomos nesta monografia.

Martin Bernal, estudioso que estimulou historiadores – e também arqueólogos - a repensarem, na década de 1980, os discursos perpassados nas relações entre o presente e o passado, assim como as ligações entre cenários político-culturais e leituras realizadas a respeito do mundo antigo, refletiu sobre a “*A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia*”<sup>27</sup>. Neste artigo, Bernal considera que a área de estudos referente ao passado clássico teria incorporado padrões culturais e sociais dos contextos nos quais se desenvolveram fornecendo, em troca, argumentos que enfatizavam uma incontestável hegemonia europeia num período circunscrito por práticas colonialistas, imperialistas e nacionalistas.

Segundo o autor, dois esquemas interpretativos acerca das origens da Grécia Antiga foram delineados: o *Modelo Antigo* e o *Modelo Ariano* havendo, ainda, uma ampliação deste último – o *Modelo Ariano Ampliado*. No primeiro esquema, a Grécia teria sido habitada por tribos primitivas e, em seguida, colonizada por egípcios e fenícios, que construíram cidades e civilizaram os nativos<sup>28</sup>. Contudo, este modelo que, de acordo com o estudioso, influenciou a Europa até finais do século XVIII, foi seriamente ameaçada e paulatinamente abandonada nas primeiras décadas do XIX, século este permeado por transformações de ordem política e cultural: o continente europeu expandia seus territórios coloniais, o racismo científico emergia e triunfava, e as noções de progresso difundia seu ideário civilização e de que o mais recente seria melhor<sup>29</sup>. Se, até o século XVIII os gregos eram vistos como intermediários e transmissores de uma cultura oriental para o Ocidente, no século XIX foram delineados, conforme Bernal, como os criadores da civilização, não havendo qualquer influência cultural egípcia ou fenícia exercida sobre a Grécia. O segundo modelo interpretativo, oriundo destas transformações, apontava para o desenvolvimento da cultura grega a partir das invasões dos povos nórdicos e falantes de certa língua indo-europeia; tanto os conquistadores, que faziam parte de um ramo superior da raça branca, quanto os nativos, seriam “racialmente puros”. O *Modelo Ariano*, para o estudioso, “... se fundou no pressuposto de que a Grécia seria a primeira verdadeira civilização, tomada por outra parte, como exclusivamente europeia:

---

<sup>27</sup> BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P.P. A. (Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 19.

*bases necessárias para o colonialismo europeu do século XIX*”<sup>30</sup>. Em boa parte do século XIX havia, ainda, a imagem predominante das origens da Grécia moldadas pelo *Modelo Ariano Ampliado* – que sobreviveu até a década de 1925-1935 –, onde se negava as tradições gregas referentes ao passado egípcio aceitava aquelas a respeito dos fenícios, povo comerciante e fabricante que causou admiração à Inglaterra por ser uma população que, para os homens britânicos e, de acordo com Bernal, “*disseminava a civilização enquanto vendia tecido e, paralelamente, traficava escravos*”<sup>31</sup> à imagem da moderna nação.

Abrindo também novos caminhos para a compreensão da Arqueologia como um aparelho a serviço do Estado e das relações existentes entre passado remoto e presente vivido, inserem-se os estudos, na década de 1990, de Laurent Olivier. Ao refletir sobre *as origens da arqueologia francesa*<sup>32</sup>, Olivier apontou para a utilização desta nova ciência em fins do século XVIII e no decorrer do XIX, como um instrumento científico para a construção e a legitimação das bases de uma nova identidade europeia. Para o estudioso, dois eventos influenciaram na constituição das modernas noções identitárias europeias e no desenvolvimento da trajetória arqueológica francesa: a descoberta, nos séculos XVI e XVII, do “Novo Mundo” e o achado de vestígios arqueológicos pré-históricos, pertencentes a uma humanidade distinta dos povoamentos e civilizações clássicas europeias.

A identidade cultural, de acordo com Olivier, era pautada nos séculos XVI e XVII na dicotomia existente entre “selvagem e civilizado”. Assim sendo, os ameríndios – ou seja, *o outro* – eram delineados como seres sem religião, moral e ordem social, sendo, portanto, a imagem negativa do europeu. Entretanto, a partir do início do século XVIII, houve uma transformação na maneira de se abordar as sociedades aborígenes da América: por meio da comparação de materiais arqueológicos e técnicas americanas e europeias, ultrapassava-se a ideia de selvageria, classificando as populações nativas como primitivas e preservadoras das origens da humanidade, ou seja, distantes não apenas no espaço, mas também no tempo. Ligavam-se, aqui, para o autor, ideias de progressos técnicos a concepções de desenvolvimentos sociais das sociedades, sendo a história da humanidade fundada sobre a progressão das técnicas<sup>33</sup>.

Outra questão, em finais do século XVIII e, principalmente, no decorrer do XIX, segundo Olivier, coloca em pauta as noções de identidade e coletividade: a nova ideia de

---

<sup>30</sup> BERNAL, M. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>32</sup> OLIVIER, L. As origens da arqueologia francesa. In: FUNARI, P.P. A. (Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier. Campinas: IFCH/Unicamp. p. 35-62.

<sup>33</sup> OLIVIER, L.. *Op. cit.*, p. 43-44.

nação, proporcionada pela Revolução Francesa e definida como entidade global social e constituída pelo conjunto da sociedade. A disciplina arqueológica nascente, não mais sendo uma atividade “de antiquário”, é utilizada, neste cenário, como um instrumento de pesquisa das origens da nação, atuando como um artifício de legitimação do Estado<sup>34</sup>. A Arqueologia, para Olivier, “*desempenha [...] um papel ideológico e político [...] na medida em que, globalmente, ela restitui a evolução da humanidade e, localmente, ajunta testemunhos das origens e da continuidade da Nação*”<sup>35</sup>.

Baseados nestas novas perspectivas apontadas para o estudo e a análise da Antiguidade, vários estudos têm sido desenvolvidos no âmbito das relações estabelecidas entre a revisitação do passado e a construção/afirmação de identidades coletivas, abrangendo não só a civilizações clássicas, mas uma série de povos do mundo antigo, incluindo-se aqueles oriundos do antigo Egito. Neste sentido, Renata Senna Garraffoni e Raquel Stoiani, em um artigo sobre os usos simbólicos da antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte<sup>36</sup>, nos inserem na construção de sua imagem pública por meio do uso das ciências e das artes: “*arquitetos e demais artistas revisitaram Roma e exploraram suas virtudes cívicas que consideravam atemporais saudaram o Egito como berço da civilização, reinterpreteram a reputada arte grega*”<sup>37</sup>. Visando criar uma identidade para a sociedade francesa sob seu império, Bonaparte, segundo as estudiosas, incentivou pesquisas arqueológicas, tendo sido os resultados fundamentais para a estruturação deste processo<sup>38</sup>: “[...] *os estudos e pesquisas no Egito ajudaram a definir as diferenças entre ocidente e Oriente modernos, o poderio militar romano passou a ser evocado a partir de seus símbolos [...], e as populações celtas [...] começaram a ser reinterpretadas [...]*”<sup>39</sup>. Por meio destas revisitas ao mundo antigo, os povos da Antiguidade, para Garraffoni e Stoiani, ressurgiram no período napoleônico por meio de seus ideais de beleza grandiosa, como expressões da grandiloquência revolucionária e das ambições imperiais de Napoleão.

Outro historiador brasileiro que nos auxilia no repensar dos usos e abusos do passado pela contemporaneidade e da relação entre História Antiga/Arqueologia e questões políticas da modernidade é o já citado Glaydon José da Silva. Em seu amplo estudo intitulado *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy*

<sup>34</sup> OLIVIER, L.. *Op. cit.*, p. 51

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.60.

<sup>36</sup> GARRAFFONI, R. S.; STOIANI, R. Escavar o passado, (re)descobrir o presente: **os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte**. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, nº 06, dez. 2006, p. 69-82.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>39</sup> *Idem.*

(1940-1944)<sup>40</sup>, Silva nos remonta ao período de ocupação nazista na França e à utilização do passado gaulês, romano e galo-romano, sob o regime de Vichy, no sentido de justificar a dominação germânica e o colaboracionismo do governo francês com os alemães, visando compreender de que maneira a Antiguidade foi apropriada por regimes totalitários.

Neste sentido, de acordo com o estudioso, por meio de memórias construídas e ligadas a grandes eventos e personalidades, a figura de Vercingetórix, um lendário chefe das tribos gaulesas e herói tardio dos franceses, e esquecida até antes do início do século XIX, começa a aparecer na literatura francesa com frequência após a ocupação de Paris de 1814 e 1815 sob, o apelo, construído por historiadores e escritores, “*ao sacrifício pelo povo e à luta pela liberdade contra o invasor, mais forte, mais disciplinado, mais unido*”<sup>41</sup>, erigindo-se aí um mito que garantiria ao país, de acordo com o estudioso, a sua ressurreição após grandes cataclismos históricos<sup>42</sup>. No contexto pós 1870, sua imagem enquanto resistente à conquista romana toma forma; estando, no período do Regime de Vichy, estando instrumentalizada, juntamente com outros valores comuns à memória nacional – tais como o patrimônio histórico e cultural – a respeito da Gália e dos gauleses como um fator de compreensão da derrota e modelador de ações frente ao colaboracionismo com os alemães.

A Antiguidade Oriental, foco de nossa monografia, também foi alvo de apropriações e novos significados, tendo o Egito um papel de relevância na constituição de identidades nacionais e coletivas no Ocidente. Nathalia Monseff Junqueira, apontando para esta perspectiva, ao analisar as representações do antigo Egito na França durante o século XIX por meio da narrativa de viagem de Gustave Flaubert, delineia a reapropriação da sociedade oriental pela França – no caso, o antigo Egito – num período permeado pela redescoberta do Egito e pelo imperialismo<sup>43</sup>. Com a visão de um viajante europeu do século XIX, Flaubert observa, analisa e classifica o Oriente por meio de um discurso pautado na superioridade ocidental presente no cenário em que vivia, menosprezando a sociedade egípcia moderna. Esta questão, como assinala Junqueira, nos remete à formação da identidade nacional francesa, que necessitava de um *outro*, um contraponto à imagem ocidental, para justificar suas investidas colonialistas e expansões territoriais, assim como sua hegemonia – em aspectos racionais e civilizacionais - frente ao cenário mundial. Ainda, para a estudiosa, por

---

<sup>40</sup> SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado**: um estudo das apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 68.

<sup>42</sup> *Idem.*

<sup>43</sup> JUNQUEIRA, N. M. **Voyage em Égypte**: As representações do Antigo Egito na narrativa de Gustave Flaubert durante o imperialismo francês do século XIX. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

meio de seus relatos sobre o antigo Egito em seu diário de bordo, Flaubert estaria construindo um saber específico que dotaria a sociedade francesa de um poder sobre o moderno Egito.

Estas reinterpretações concernentes ao Egito antigo não ficaram limitadas ao âmbito europeu, sendo também realizadas em território brasileiro, como nos apontam Pedro Paulo Funari e Raquel dos Santos Funari, em *Ancient Egypt in Brazil: A Theoretical Approach to Contemporary Uses of the Past*. Neste pequeno artigo os autores, considerando que a Arqueologia é um conhecimento político e parcial e envolvido com o forjamento de identidades nacionais tanto em âmbito europeu quanto americano, nos apresentam uma série de relações existentes entre a invenção da nacionalidade brasileira e as antiguidades egípcias num panorama cercado, politicamente, pela independência da nova nação americana e, culturalmente, pelo início das conexões entre Brasil e Egito. Durante o período imperial - de 1822 a 1889 – as antiguidades egípcias, segundo os estudiosos, foram importantes símbolos das ambições da realeza brasileira, representando o Egito a primeira e mais duradoura civilização. Além disso, “o Egito faraônico foi uma teocracia estabilizada com um forte poder centralizado nas mãos do Faraó, que era considerado um Deus – certamente, um louvável modelo aos olhos do Brasil Imperial”<sup>44</sup>, governado por um imperador que era tido, ao menos no caso de D. Pedro I, como um representante de Deus no Novo Mundo, abençoado diretamente pela Igreja Católica e portador do quarto poder constitucional: o poder moderador.

Todos os estudos aqui apresentados tiveram essencial atenção à interação entre texto – entendido como discurso – e contexto de produção. Recuperar o significado histórico do contexto no qual os textos foram produzidos é, como percebemos no desenvolvimento de nossas leituras, uma condição fundamental para a sua compreensão; os textos, por sua parte, nos revelam universos simbólicos e aspectos sociais, culturais e políticos provenientes do tempo em que se inserem. É necessário, neste sentido, como assinalou Ciro Flamarion Cardoso, “*buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos*”<sup>45</sup>. Compartilhando desta ideia ao longo do nosso estudo, procuraremos, por meio das leituras e discussões aqui apresentadas, compreender não o

---

<sup>44</sup> No Original: “*Pharaonich Egypt was a stable theocracy with strong centralised power in the hands of the Pharaoh, Who was considered a God – certainly a laudable model in the eyes of Brazil’s Royals.*” Cf. FUNARI, P. P.A. & FUNARI, R. S. *Ancient Egypt in Brazil: A Theoretical Approach to Contemporary Uses of the Past. Archaeologies*, v. 6, 2010. p. 51.

<sup>45</sup> CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus, 1997. p. 378.

corpus documental por si mesmo, mas este inserido nos meandros do universo ideológico, político e cultural que o cerca.

Antes de iniciar o item seguinte, no qual traçaremos algumas considerações sobre o Orientalismo sob a óptica de Edward Said, devemos ter em mente, em relação aos usos do passado, que, conforme apontou Glaydson José da Silva, ao nos interrogamos sobre as relações entre a tradição clássica e a modernidade, interrogamos sobre nós mesmos e, principalmente, sobre as representações do passado e dos antigos que construímos e delineamos como tradição<sup>46</sup> e, em consequência, como identidade coletiva.

## 1.2 ORIENTALISMO: O ORIENTE INVENTADO PELO OCIDENTE

A criação da Egiptologia e seu desenvolvimento, assim como a entrada da nova ciência no Brasil, questões que trabalharemos nos próximos itens deste capítulo, foram marcadas por um contexto amplo e abrangente, que ultrapassava os limites dos trópicos e abarcava todo o Ocidente, especialmente americano e europeu: o desenvolvimento de um discurso ocidental moderno postulado sobre a exterioridade e que pretendia descrever, explorar, classificar e esclarecer o Oriente para o Ocidente.

Tal discurso, presente de maneira frequente no imaginário ocidental do século XIX, foi nomeado pelo estudioso e crítico literário Edward Said como *Orientalismo*, ou seja, o modo pelo qual o Oriente é abordado tendo como fundamento o lugar deste na experiência ocidental – e essencialmente europeia. Definido de diversas maneiras e permeando o âmbito acadêmico e imaginativo, o *orientalismo* é apresentado, pelo estudioso, como uma disciplina científica baseada em uma distinção epistemológica e ontológica entre o Leste e Oeste, e como um discurso por meio do qual a cultura europeia teve a possibilidade de manipular e até mesmo produzir o Oriente política, sociológica, científica, ideológica, militar e imaginativamente<sup>47</sup>. O orientalismo é, ainda, é um conceito utilizado para designar “*aquela coleção de sonhos, imagens e vocabulários para qualquer um que tenha tentado falar sobre o que está ao Leste da linha divisória*” estabelecida entre o Ocidente e o Oriente.

---

<sup>46</sup> <sup>46</sup> SILVA, G. J. **História Antiga...** *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>47</sup> SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31.

Tomando como ponto de partida da sua análise a experiência particular nos finais do século XVIII até o XX da Grã-Bretanha e da França no Oriente Próximo, delineadas como nações que foram pioneiras nesta região e nos estudos e discursos eruditos acerca do oriental, Edward Said afirma que o Oriente não é algo concebido pela natureza, mas sim uma entidade geográfica e cultural, construída pela ação humana. Tal construção, oriunda de remotos tempos, fez com que o Oriente estivesse presente no imaginário e nas representações europeias sendo, conforme apontou Said, algo mais do que aquilo que se conhecia empiricamente a seu respeito. Ainda na Antiguidade, uma geografia imaginária fora traçada entre os europeus e os asiáticos, sendo o Oriente representado e articulado pelo Ocidente como um “outro” mundo: diferente, hostil, misterioso. Entre os domínios orientais conhecidos, conquistados e familiares e aqueles desconhecidos, o Oriente tornou-se, aos olhares europeus – que sentiam a necessidade de refletir e delinear a natureza destes “outros” –, no decorrer dos séculos, uma repetição e imitação de algo originário do Ocidente<sup>48</sup>, um “palco sobre o qual todo o Leste está confinado”<sup>49</sup> onde a imaginação encontrava-se nutrida por

um repertório cultural prodigioso, cujos itens individuais evocam um mundo fabulosamente rico: a Esfinge, Cleópatra, o Éden, Tróia, Sodoma e Gomorra, Astartéia, Ísis e Osíris, [...] Maomé e mais dezenas; cenários, em alguns casos apenas nomes, meio imaginados, meio conhecidos; monstros, diabos, heróis; terrores, prazeres, desejos<sup>50</sup>.

O Oriente estranho, diferente e ameaçador é, assim, representado, caracterizado generalizado e incorporado, no e para o Ocidente, transformando-se de uma alteridade distante e ameaçadora para algo familiar. O valor e a eficácia das representações acerca do oriental minimamente se baseavam no próprio Oriente: delineado através de oposições polarizadoras e arbitrárias, o oriente era como o reflexo invertido do Ocidente ou a sua imitação má elaborada. Dessa forma, a interação entre as entidades ocidentais e orientais se estabeleceria por intermédio de relações circunscritas às esferas de dominação, poder e hegemonia da primeira sobre a segunda. O orientalismo, sobretudo,

---

<sup>48</sup> Um dos exemplos explorados por Edward Said é o do profeta Maomé. Na *Bibliothèque Orientale* de Barthélemy d’Herbelot, publicada postumamente em 1796, o verbete destinado a Maomé o designara como “[...] o famoso impostor [...], Autor e Fundador de uma heresia, que adotou o nome da religião que chamamos de Maometana. Os intérpretes do Alcorão e outros doutores da Lei Muçulmana ou Maometana deram a esse falso profeta todos os elogios que os arianos, os paulicianos e os paulianistas & outros hereges atribuíram a Jesus Cristo, roubando-lhe a Divindade”. A imagem da heresia maometana era, neste sentido, apresentada como uma imitação da religião cristã. Cf.: SAID, E. *Op. Cit. passim*.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 102

<sup>50</sup> *Idem*.

não é um simples tema ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição ou pelas instituições; nem é uma grande e difusa coletânea de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de uma execrável trama imperialista “ocidental” para oprimir o mundo “oriental”. É antes a *distribuição* da consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a *elaboração* não só de uma distinção geográfica básica [...], mas também de toda uma série de “interesses” que [...] não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa *vontade* ou *intenção* de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestadamente diferente [...]. O orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o “nosso” mundo.<sup>51</sup>

Neste sentido, em um cenário permeado pelo crescente imperialismo e colonialismo, onde a Europa, de 1815 a 1914 cresceu cerca de 50% em sua extensão territorial – de 35% do globo terrestre para 85% - numa vasta abrangência que abarcou os cinco continentes, o Orientalismo passa a ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente, fazendo ponderações a seu respeito, descrevendo, colonizando e governando, ou seja, como um estilo ocidental para reestruturar, dominar e ter autoridade sobre o Oriente<sup>52</sup>. Assim sendo, o mundo oriental foi delineado, conforme Said, como um contraponto à entidade geográfica ocidental: o Leste era abordado como inferior e subordinado ao Oeste, que era civilizado e progredido, que tinha como empenho retirá-lo da barbárie por meio da *mission civilisatrice*. Assim sendo, conforme Said, se os homens do Ocidente apresentavam a si mesmos, no século XIX, como racionais, lógicos, pacíficos e possuidores de moralidade e valores reais, os orientais eram descritos e avaliados como detentores de uma mente deficiente em faculdades lógicas, que tinham por prestígio a violência e por virtude a sede de vingança, sendo o crime oriental ser oriental<sup>53</sup>.

A geografia imaginativa, fronteira traçada mental e sentimentalmente entre um espaço classificado como “nosso”, familiar, e outro como distinto, “deles”, localizado externamente e que parecia amontoar, para Edward Said, “*todos os tipos de suposições, associações e ficções*”<sup>54</sup>, também colaborou para a definição da própria territorialidade europeia enquanto identidade coletiva, nacional e cultural: através da bipolaridade entre Ocidente e Oriente, as representações e o conhecimento sistematizado acerca do oriental, quando contrastadas com a cultura ocidental, fortaleceriam a identidade da Europa e do europeu, visto como o homem civilizado e capaz de saber o que seria bom para o Oriente e suas populações.

<sup>51</sup> Grifos originais do autor. Cf.: SAID, E. *Op. Cit.*, p. 40-41.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 71-2.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 91.

Neste amplo processo de identificação e enunciação do *outro*, os relatos de viagens tiveram uma considerável importância na definição de identidades. Para François Hartog, dizer do *outro* é enuncia-lo como diferente. No procedimento de representação e de tradução da diferença do mundo que se conta para o mundo em que se conta, o observador tem à disposição as ferramentas da *inversão*, onde a alteridade é apresentada como um antipróprio, ou seja, o seu inverso; da *comparação*, que estabelece analogias, paralelos e diferenças por meio de um saber que é compartilhado pelas pessoas a quem a narrativa se destina, fazendo-os ver<sup>55</sup>; do “*thôma*”, ou seja, da maravilha, do deslumbre, onde através de operações de avaliações, medidas, contagens e proporções estabelecidas pelo olhar do viajante, delinea-se, mostra-se e faz-se crer o que é admirável ou extraordinário; e, ainda, da *nomeação*, que age como uma forma de classificação do *outro*: o observador é aquele que sabe os nomes no espaço geográfico, no tecido dos acontecimentos, e que tece apreensões do desconhecido pelo o que é conhecido. Ao classificar o outro, o viajante e o observador do Oriente classificava a si mesmo tendo como o ponto de referência o espaço ocidental do saber. Delineando visões de mundo por meio de análises e discursos, o narrador é o tradutor da diferença, aquele que estabelece a polaridade entre *nós* e *eles*: “*dizer dos outros é, com efeito, fazer ver uma representação do mundo, fixar seus limites e inventariar os povos que os habitam*”<sup>56</sup>.

Num momento marcado, ocidentalmente, por projetos de construção histórica e identitária dos emergentes Estados Nacionais, o discurso orientalista não passaria despercebido, até mesmo nos longínquos trópicos. Sabe-se que *vários modernos e antigos Egíptos* foram construídos pelos europeus, seja por parte de viajantes, curiosos ou potências imperialistas. D. Pedro II, atuando como um narrador acerca do *outro* em suas viagens à *terra dos faraós*, não escaparia das ideias que circulavam no domínio ocidental. Assim sendo, o imperador brasileiro, vivenciando um cenário onde se procurava traçar um passado glorioso às nações, também descreveria, realizaria ponderações e classificaria o Egito. Entretanto, deixemos esta discussão para os capítulos subsequentes.

### 1.3 REDESCOBRINDO O EGITO: O DESENVOLVIMENTO DA EGIPTOLOGIA NO SÉCULO XIX E A CHEGADA DA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA NO BRASIL

---

<sup>55</sup> HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 244-245.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 366.

O Egito sempre exerceu um grande fascínio sobre a humanidade. Civilização que perdurou por mais de quatro mil anos desde a fundação do primeiro reinado até a conquista árabe no sétimo século d.C., o Egito, desde a Antiguidade Clássica, instigou e perpetuou sentimentos de perplexidade e atração sob outras civilizações, sobretudo ocidentais. Conforme registrou Heródoto de Halicarnasso (484 a.C – 425 a.C) no segundo tomo de sua História, dedicado às populações estabelecidas ao longo das margens do Rio Nilo, não havia “[...] em todas as terras restantes [...] tantas obras de inexprimível grandeza para ser vistas”<sup>57</sup>. Atraídos pela paisagem excepcional, pela cultura e pela intervenção humana no ambiente, vários foram os homens que, segundo o egiptólogo francês Jean Vercoutter, pisaram em solo egípcio na Antiguidade e legaram, à posteridade, relatos sobre o que viram, leram e/ou ouviram, iniciando, sob vários aspectos, os estudos sobre o Egito: Heródoto, Diodoro da Sicília, Estrabão, Plutarco<sup>58</sup>. Ainda, além do contato com o mundo egípcio, em território ocidental, por meio de cultos importados, algumas personagens centrais do campo político, conforme Vercoutter, político também caminharam sobre terras egípcias, deixando registradas suas incursões nos próprios monumentos, tais como os imperadores romanos Adriano e Sétimo Severo.

Entretanto, como nos apontou o estudioso e egiptólogo Serge Sauneron, quando o cristianismo triunfou, paulatinamente a linguagem egípcia foi caindo num longo esquecimento e silêncio, conhecendo a população nativa, alguns séculos depois, pouco sobre a sua ancestralidade e história<sup>59</sup>. Mesmo com um passado quase totalmente olvidado, a civilização egípcia, marcada por monumentos e templos, porém, continuou a ser lembrada pelo Ocidente: durante o medievo, conforme escreveram Rosalie David, John Baines, Jaromír Malek e Sauneron, a princípio, o Egito era rememorado através de recordações bíblicas e peregrinações a locais considerados santos, sendo as visitas ao território, em sua grande parte, limitadas às pirâmides ou outro monumento faraônico associado diretamente pelos cristãos à história bíblica<sup>60</sup>.

No Renascimento, período no qual o interesse e o conhecimento pela Antiguidade se

---

<sup>57</sup> HALICARNASSO, H. **História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1958, *passim*.

<sup>58</sup> VERCOUTTER, J. **Em busca do Egito esquecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 12-27.

<sup>59</sup> SAUNERON, S. **A Egiptologia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 5.

<sup>60</sup> DAVID, R. **Handbook to life in Ancient Egypt**. New York: Oxford University Press, 1999, p. 3. Acreditava-se, como apontaram John Baines, Jaromír Málek e Serge Sauneron, que as pirâmides tinham relações com a história bíblica, sendo identificadas e consideradas como os celeiros de José. Cf. BAINES, J.; MÁLEK, J. **O mundo egípcio**. Deuses, Templos e Faraós. Madrid: Edições Del Prado, 1996, v.1, p. 22; SAUNERON, S. **A Egiptologia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 8.

renovaram, coube ao final do século XVI e decorrer do XVII o início das visitas ao Egito em busca de antiguidades<sup>61</sup>: múmias, manuscritos, itens de joalheria, blocos com inscrições e outros objetos materiais foram retirados das terras egípcias e levados à Europa, transferência esta que continuou até meados do século XX. Neste período, o número de viagens aumentava gradualmente, reaparecendo, nesse contexto, um Egito que era, segundo Sauneron, “*naturalmente, o Egito dos turcos e dos paxás com seus costumes curiosos, suas mesquitas, seus castelos, suas festas; em seguida, as maravilhas do país, o Nilo e suas enchentes, as plantas e os estranhos animais da beira do rio*”<sup>62</sup>. Ao Egito Antigo, competia apresentar aos viajantes, como afirmou o estudioso, “*Alexandria com as pirâmides e a coluna atribuída a Pompeu, o Cairo com as pirâmides, a esfinge, [...] os ‘areais das múmias’ [...] onde vão se buscar [...] sarcófagos, máscaras e múmias de aves*”<sup>63</sup>.

Foi, entretanto, em fins do final do século XVIII e no transcorrer do XIX que o passado egípcio começou a ser “desvendado” pelos Ocidentais. Este momento, definido por Federico A. Arborio Mella como *Redescoberta do Egito*, iniciou-se com dois momentos precisos e fundamentais para o nascer e o desenvolver da Egiptologia<sup>64</sup>: 1798 e 1824<sup>65</sup>, sendo, respectivamente, o primeiro concernente à aventura militar de Napoleão Bonaparte (1769-1821) às terras do Egito, e o segundo, à decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion (1790-1832).

A invasão do território egípcio em 1798 por Napoleão Bonaparte foi, conforme Edward Said, uma forma de a França confrontar a Grã-Bretanha em suas disputas por potências coloniais<sup>66</sup>. Após longas disputas para o acesso às riquezas indianas entre as duas potências, desde 1769 a Inglaterra obteve o controle do poder político e econômico da Índia em suas mãos; a tomada do Egito, nestas circunstâncias, era uma estratégia para incomodar o império oriental britânico, coibindo sua rota de passagem via potências islâmicas<sup>67</sup>. Ao apoderar-se do Egito, para Said, a França corroboraria naturalmente sua força e justificaria sua história, sendo o destino próprio do país oriental se tornar uma anexação europeia: sua

---

<sup>61</sup> BAINES, J.; MÁLEK, J. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>62</sup> SAUNERON, S. *Op. Cit.*, p.9.

<sup>63</sup> *Idem.*

<sup>64</sup> A Egiptologia é o ramo da ciência que trata, com rigor científico, tudo o que se relaciona ao Egito antigo, abrangendo também as práticas de egiptomania e egiptofilia *Cf.*: *Visões Modernas do Mundo Antigo: A Egiptomania*. In: FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. (Org). **História Antiga**: contribuições brasileiras. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2008, p. 19.

<sup>65</sup> O termo “Redescoberta do Egito” adotado em nossa pesquisa foi apresentado por Federico A. Arborio Mella em MELLA, F. A. A. *O Egito dos faraós*: história, civilização, cultura. São Paulo: Hemus, 1981.

<sup>66</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, *passim*.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 118.

existência era, portanto, relacionada por europeus não com sua realidade moderna, mas por contatos que tivera, em tempos remotos, com o continente europeu<sup>68</sup>.

Compunha o projeto de Bonaparte para dominar o Egito, neste sentido, não só o jogo político com os muçulmanos, fazendo com que perdessem suas desconfianças frente às forças de ocupação, mas também tornar o país completamente aberto e acessível ao escrutínio europeu, traduzindo-o para o francês moderno<sup>69</sup>. Coube, desta forma, ao *Institut National d'Égypte*, fundado na cidade do Cairo em agosto de 1798, não somente, de acordo com John Romer, “orientar o Egito em direção à cultura e civilização europeias”<sup>70</sup>, mas também organizar, juntamente com sua *Comissão das Ciências do Exército do Oriente e das Artes*, a organização do primeiro trabalho sistemático consagrado ao Egito: *La Description de l'Égypte ou Recueil des observations et des Recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française publié par les ordres de Sa Majesté l'Empereur Napoléon le Grand*. Publicada entre 1809 e 1828 em nove volumes de texto *in folio* e catorze de ilustrações<sup>71</sup>, a obra, que reuniu, mapeou, registrou, esquematizou, classificou e organizou tudo o que foi observado e classificado pelos *savants* - ou seja, a equipe de estudiosos e sábios que acompanhou a expedição napoleônica<sup>72</sup> -, foi um dos alicerces para o desenvolvimento da Egiptologia e responsável pela construção de um antigo Egito no e para o Ocidente que, de acordo com Edward Said, dava-lhe “forma, identidade e definição com pleno reconhecimento de seu lugar na memória, sua importância para a estratégia imperial e seu papel ‘natural’ como apêndice da Europa”<sup>73</sup>.

Em 1799, novas perspectivas começam a serem delineadas para a até então obscurecida linguagem egípcia e para os saberes acerca do antigo Egito. Conforme escreveu Vercoutter, Pierre Bouchard, um oficial da Engenharia, ao supervisionar os trabalhos de aterramento para a construção do Forte Juliano, próximo a Rosetta, observou em uma velha parede demolida por seus homens, uma pedra negra repleta de inscrições<sup>74</sup>. Tratava-se de um monólito datado do período ptolomaico composto por três partes: no alto, um texto talhado em escrita hieroglífica; no centro, inscrições em demótico; e na base, escritos em grego.

<sup>68</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 126-128

<sup>70</sup> ROMER, J. **O Vale dos Reis**. São Paulo: Melhoramentos, 1994, p. 45

<sup>71</sup> MELLA, F. A. A. *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>72</sup> Esta equipe, composta por Astrônomos, matemáticos, naturalistas, físicos, médicos, químicos, orientalistas, engenheiros, botânicos e artistas que, dentro de alguns meses, delinearam todos os aspectos do Egito: flora, fauna, geologia, geografia, habitantes, costumes, tipos físicos, história, regimes políticos e econômicos. Para mais informações, consultar: BURLEIGH, N. **Miragem**. Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo: Editora Landscape, 2008.

<sup>73</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, p. 132.

<sup>74</sup> VERCOUTTER, J. *Op. Cit.*, p. 88.

Supondo que os caracteres em grego fossem a tradução das inscrições nas outras duas linguagens e, portanto, suscetível de fornecer os instrumentais para a decifração da escrita hieroglífica, os *savants* não tardaram em iniciar um trabalho árduo de tradução e produção de litografias e cópias da estela<sup>75</sup>.

A notícia da descoberta da pedra havia chegado à Europa ainda quando a expedição se encontrava no Egito, situação que provocou um grande interesse entre os eruditos; entretanto, o estudo e a curiosidade em relação aos hieróglifos não era novidade. Conforme nos apontou Nina Burleigh, durante o século XVIII foram empreendidos esforços na tentativa de interpretação da linguagem, mas obtiveram pouco sucesso devido à ausência de um corpus documental de grande proporção disponível na Europa e, ainda, à falta de conhecimento a respeito do som da antiga língua dos egípcios<sup>76</sup>. O grande e talhado bloco de basalto negro com inscrições incisas em três dialetos, entretanto, modificaria radicalmente esta situação: constatada a importância do achado, várias reproduções da estela de Rosetta foram enviadas a especialistas de línguas mortas na Europa, iniciando-se a corrida em busca da compreensão e interpretação da linguagem até então obscurecida.

Dentre os primeiros caminhos tomados em direção à decifração, já no ano de 1802, destacaram-se os empenhos do francês Sylvestre de Sacy (1758 – 1838) e do sueco Johan David Åkerblad (1763-1819). Ambos, de acordo com Moacir Elias Santos, conseguiram identificar os nomes em grego e isolar seus equivalentes na escrita demótica<sup>77</sup>. Neste processo, Åkerblad construiu um “*alfabeto demótico*”, mas estava convicto de que o dialeto era completamente fonético, fato que impediu seu progresso no estudo da língua egípcia<sup>78</sup>. Grandes passos foram dados alguns anos depois: a partir de 1814, o inglês Thomas Young, adotando o mesmo procedimento comparativo de seus antecedentes, percebeu que o sistema de escrita demótica poderia ser semelhante à hieroglífica e que este era uma mescla de caracteres<sup>79</sup>. Seus progressos lhe proporcionaram a comparação entre alguns sinais demóticos e hieroglíficos; porém, suas ponderações se tornaram limitadas quando se convenceu de que o sistema fonético era utilizado apenas em casos específicos e de que os hieróglifos eram simbólicos.

---

<sup>75</sup> Para mais informações sobre o assunto, Cf.: CAMARA, G. M. **Narrar e Dominar**: Algumas representações do antigo Egito realizadas pela França e pela Inglaterra na primeira metade do século XIX. 64 f. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; VERCOUTTER, J. *Op. Cit.*; MELLA, F. A. A. *Op. Cit.*; SAUNERON, S. *Op. Cit.*

<sup>76</sup> BURLEIGH, N. *Op. Cit.*, p. 231-2.

<sup>77</sup> SANTOS, M. E. **A língua egípcia**. Curitiba, 2008. Informação digital, p. 5.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

Após duas décadas desde o encontro da pedra de Rosetta e vários empenhos na tentativa de interpretação dos hieróglifos, coube ao jovem francês Jean-François Champollion (1790-1832) a conclusão do processo de decifração. Partindo, segundo Santos, de uma cópia das inscrições do basalto negro, de uma reprodução imagética de um pequeno obelisco encontrado em Philae e de seu conhecimento das línguas orientais, Champollion desvendou o mistério que até então cercava a escrita hieroglífica<sup>80</sup>. Esta nova fonte, entregue em suas mãos no princípio de 1822, era composta por escritos hieroglíficos e gregos; ainda, nela, havia os nomes de Ptolomeu (Evergetes II) e de sua esposa Cleópatra III em ambos os dialetos. Conforme Mella, ao entender que ambos os nomes eram gregos e que deviam, necessariamente, ser escritos da mesma maneira como eram pronunciados, o jovem francês isolou cada valor dos sinais que os compunham e comparou-os, localizando letras em comum<sup>81</sup>. O princípio estrutural da escrita hieroglífica havia sido esclarecido: juntamente com os sinais que correspondiam a sons simples – fonéticos –, se encontravam também sinais que evocavam ideias – ideográficos. Continuando com tal sistema comparativo, Champollion transcreveu outros nomes identificáveis e compôs um alfabeto hieroglífico, tendo condições de publicar, ao término do ano de 1822, a sua *Lettre à M. Dacier relative à l'Alphabet des Hiéroglyphes phonétiques* e, em 1824, a obra *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens* onde, como afirmou Santos, a lógica da linguagem recém decifrada, foi exposta<sup>82</sup>.

Após quase dois milênios, os hieróglifos tornaram-se inteligíveis novamente, proporcionando aos emergentes estudos sobre o antigo Egito ultrapassarem as barreiras do conhecimento baseado em singelos olhares e interpretações por meio de adivinhações. O feito de Champollion abriu o caminho para a Egiptologia científica em todo o Ocidente, inclusive na América.

No meio do grande entusiasmo proporcionado pela investida napoleônica e pela decifração da escrita hieroglífica, o Egito, de acordo com Arborio Mella, havia se tornado uma verdadeira *moda*, incluindo-se, neste sentido, uma série de práticas de apropriação e ressignificação de traços e elementos culturais da antiga civilização egípcia<sup>83</sup> marcada, principalmente, por ideias relacionadas a exotismo, mistérios e longevidade, e definida, por Margaret Bakos como *egiptomania*. Além disso, ainda de acordo com o estudioso, várias expedições europeias foram organizadas com o intuito, científico ou exploratório, de escavar

---

<sup>80</sup> SANTOS M. E. **A Escrita...** *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>81</sup> MELLA, F. A. A. *Op. Cit.*, p. 16-18.

<sup>82</sup> SANTOS M. E. **A Escrita...** *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>83</sup> BAKOS M. **Visões modernas...** *Op. Cit.*, p. 19.

as terras próximas às margens do Rio Nilo <sup>84</sup> e de trazer à tona novas fontes documentais para o estudo do passado egípcio. O panorama do Egito, neste contexto permeado por incursões, era de paulatina modernização. Em 1805, segundo Rosalie David, quando Muhammad ‘Ali se tornou governante do país - que se encontrava sob domínio turco-otomano -, foi introduzido um amplo programa de modernização, que contou com a abertura do país a tecnologias europeias e com o incremento das relações entre egípcios e europeus <sup>85</sup>. Contudo, o progresso do Egito teve seu preço: neste processo de transformação tecnológica e econômica, as antiguidades egípcias se converteram numa espécie de moeda de trocas.

Até meados da primeira metade do século XIX, as escavações visavam, essencialmente, a descoberta de objetos e relíquias e, por conseguinte, o desenvolvimento do comércio de antiguidades, sendo o recolhimento de informações um objetivo secundário entre vários exploradores e aventureiros do período <sup>86</sup>. Conduzida especialmente, conforme Vercoutter, por cônsules europeus estabelecidos no país, a circulação de antiguidades na rota Egito/Ocidente prosperou rapidamente: por meio de uma autorização assinada em documento escrito – o *firman*, palavra que, do persa, significa ordem – que permitia a movimentação pelas terras egípcias e o recrutamento de agentes entre os aventureiros para explorações e escavações, tesouros e monumentos egípcios eram retirados do país e de seus contextos histórico-arqueológicos para serem comercializados, em forma de coleções, na Europa <sup>87</sup>. Em troca dos *firman*s, o governante do Egito obtinha uma mediação favorável na obtenção de máquinas necessárias para o emergente processo de industrialização e modernização do país <sup>88</sup>.

Muitos dos objetos escavados neste período entraram para a coleção de museus ocidentais. Destacam-se, neste sentido e de acordo com Rosalie David, os empreendimentos de Bernardino Drovetti (1776-1852), Henry Salt (1780-1827) e Giovanne Battista Belzoni (1778-1823). Drovetti e Salt, com frequência, estavam em disputas para obter as melhores antiguidades e relíquias para seus clientes, principalmente no momento em que o governante Muhammad ‘Ali se encontrava ansioso em manter os apoios franceses e britânicos, concedendo permissões para ambos escavarem os mesmos sítios <sup>89</sup>. A primeira coleção de Drovetti foi vendida, após a recusa de Luís XVIII da França, a Carlos-Félix, rei de Piemonte, tornando-se o museu de Turim o primeiro a possuir uma coleção egípcia de grande qualidade:

---

<sup>84</sup> MELLA, F. A. A. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>85</sup> DAVID, R. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>86</sup> BAINES, J.; MÁLEK, J. *Op. Cit.*, p. 26

VERCOUTTER, J. *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>88</sup> *Idem.*

<sup>89</sup> DAVID, R. *Op. Cit.*, p. 16.

estatuetas intactas, uma esfinge de Amenófis III e, principalmente, uma grande estátua de granito de Ramsés II<sup>90</sup>. Sua segunda coleção foi adquirida, mediante conselhos de Champollion, por Carlos X e enviada ao museu do Louvre. Continuando com as escavações, a terceira coleção foi comprada ao rei da Prússia a conselhos do egiptólogo Karl Richard Lepsius (1810-1884)<sup>91</sup>. O cônsul britânico, na corrida exploratória das terras do Egito, também não perdeu tempo em compor suas coleções, contando com a ajuda de agentes, sobretudo Belzoni, um dos maiores exploradores do período<sup>92</sup>. Belzoni, segundo David, escavou o Templo de Mut em Karnak, abriu e explorou a pirâmide de Quefren em Giza, realizou descobertas em Abu Simbel e Tebas, incluindo seis túmulos reais em Tebas, dentre os quais um pertencente ao faraó Sethos I que ainda continha em seu interior o sarcófago de alabastro do rei; seu maior sucesso foi, contudo, remover a parte superior de uma estátua de Ramsés II encontrada no templo funerário do antigo faraó localizado em Tebas, o *Ramesseum*<sup>93</sup>. As coleções oriundas de suas empreitadas em conjunto com Salt foram vendidas ao Museu Britânico entre os anos de 1818 e 1835, e a Carlos X entre 1819 e 1824.

A pilhagem de antiguidades destruiu, mas também salvou e resguardou o passado egípcio por meio de objetos materiais, descrições e desenhos de viajantes, aventureiros e homens interessados em estudos relacionados à era faraônica. Dentre estes, tiveram grande importância, François-Auguste-Ferdinand Mariette (1821-1881), Gaston Maspero (1846-1916) e William Matthew Flinders Petrie (1853-1942). Auguste Mariette, futuro amigo do imperador D. Pedro II, foi o primeiro egiptólogo a adotar uma abordagem mais científica nas escavações, cabendo a ele a organização dos serviços de salvaguarda das antiguidades egípcias e a criação do primeiro museu nacional no Oriente Médio<sup>94</sup>. Atuando, conforme versou David, a partir de 1858 como diretor do Serviço de Antiguidades do Egito, estabelecido graças à sua persuasão junto ao governante egípcio Sa'id Pasha, o egiptólogo sentiu uma necessidade urgente de colocar um fim na massiva destruição e exportação de objetos oriundos do Egito antigo e chamou a atenção para a questão da preservação dos monumentos existentes<sup>95</sup>. Para tanto, criou o museu de Boulaq no Cairo, destinado a receber as antiguidades encontradas nas escavações, enfatizando o direito e a responsabilidade do Egito de manter e preservar sua própria herança<sup>96</sup>. Além disso, Mariette contribuiu

---

<sup>90</sup> <sup>90</sup> VERCOUTTER, J. *Op. Cit.*, p. 63-4.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 65.

<sup>92</sup> DAVID, R. *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>93</sup> *Idem.*

<sup>94</sup> *Idem.*

<sup>95</sup> *Idem.*

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 16-17.

definitivamente, de acordo com Sauneron, no desenvolvimento da Egiptologia, fazendo ressurgir das areias do deserto alguns dos mais notáveis monumentos do antigo Egito: desenterrou o Serapeum de Mênfis, necrópole subterrânea de touros Ápis; fez surgir Abidos do meio de escombros; e trouxe à tona os templos Edfu e Denderah. Ainda, realizou trabalhos em Saqqara, Giza, Meidum, Tânis, Gebel Barcal e no Delta<sup>97</sup>.

Se Auguste Mariette contribuiu decididamente para a preservação do patrimônio egípcio, seu sucessor introduziu a era moderna da Egiptologia. Gaston Maspero, num momento onde os principais contornos da história egípcia haviam já sido estabelecidos expandiu, segundo David, os programas de preservação e restauração de monumentos, prosseguiu com as escavações arqueológicas e deu continuidade na organização e catalogação de coleções no museu nacional do Cairo<sup>98</sup>. Competiu ao “pai da arqueologia” Willian Flinders Petrie, contudo, a realização das mais importantes descobertas arqueológicas no Egito. Escavando novos e antigos sítios, Petrie se concentrou não em grandes monumentos, tesouros e achados espetaculares como seus predecessores, mas em todos os tipos de materiais e seus contextos arqueológicos, reconhecendo suas importâncias para o interesse histórico e científico<sup>99</sup>. Seus trabalhos abrangeram a maior parte dos períodos históricos; entretanto, sua maior contribuição para a Egiptologia foi revelar a existência de uma civilização anterior à Primeira Dinastia, conhecido recentemente como período pré-dinástico ou Nagada<sup>100</sup>.

Por meio das viagens, explorações e escavações no Egito, um imenso acervo de fontes materiais e escritas veio à tona, revelando muito acerca do passado de uma civilização que permaneceu por séculos na obscuridade. Tais documentos, colocados diante de interessados, curiosos e intelectuais, permitiu a elaboração e o desenvolvimento paulatino da ciência egípcia, fosse em atividades exploratórias em campo, gabinetes pessoais, bibliotecas, museus ou universidades. Tal desenvolvimento não ficou circunscrito apenas ao âmbito europeu: atravessando os oceanos e se expandindo para outros continentes, a Egiptologia rapidamente chegou aos trópicos, deixando marcas de sua presença no Brasil.

#### 1.4 O ANTIGO EGITO NOS TRÓPICOS

---

<sup>97</sup> SAUNERON, S. *Op. Cit.*, p. 20-21.

<sup>98</sup> DAVID, R. *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>99</sup> *Idem.*

<sup>100</sup> *Idem.*

A entrada da nova ciência em solo brasileiro nos remonta ao início de um novo momento político-cultural no país: a proclamação da independência do Brasil por D. Pedro I, herdeiro da Coroa Portuguesa, e o estabelecimento de uma nova nação, pautada em uma monarquia constitucional. Introduzidos, de acordo com Margaret Bakos, pelas mãos de dois membros da família imperial brasileira e da casa de Bragança, os estudos sobre o passado egípcio e a relação entre Egito e Brasil se principiam por meio da iniciativa de D. Pedro I e são delineadas e aprofundadas por seu filho, D. Pedro II<sup>101</sup>.

Do curto reinado de D. Pedro I (1822-1831), foi-nos legada a primeira coleção egípcia das Américas. Conta-se que, conforme aponta Moacir Elias Santos<sup>102</sup> e Antonio Brancaglioni Jr.<sup>103</sup>, certo comerciante italiano, chamado Nicolau Fiengo, atracou no Rio de Janeiro em 14 de junho de 1826 com uma bagagem peculiar: uma série de relíquias, múmias e preciosos resquícios da cultura material egípcia oriundos de escavações realizadas por Giovanne Battista Belzoni no Egito<sup>104</sup>. Havendo partido de Marselha rumo à América do Sul, Fiengo tinha como objetivo comercializar sua inestimável carga na Argentina. Entretanto, devido a um bloqueio que ocorria no Rio da Prata, as peças não foram entregues ao comprador original e o comerciante se dirigiu a Montevidéu e, posteriormente, à cidade do Rio de Janeiro, onde organizou uma exposição pública e as leiloou<sup>105</sup>. O destino dos artefatos, segundo Santos, foi estabelecido em 3 de abril de 1827 pela iniciativa pioneira do imperador do Brasil<sup>106</sup>: D. Pedro I os arrematou e entregou ao Museu Real, estabelecido no Paço de São Cristóvão, um antigo prédio que D. João VI recebeu como presente de um comerciante português e que se tornou morada da família real a partir de 1817. Dentre os artefatos adquiridos por D. Pedro I, havia esquifes, estelas votivas e funerárias, *ushabtis* - estatuetas de representação funerária -, vasos canopos e de alabastro e, formando o corpo principal da coleção, múmias - inteiras ou despedaçadas - de animais e humanos<sup>107</sup>. A coleção de D. Pedro I era, portanto, o início da relação entre o velhíssimo e o novo mundo.

<sup>101</sup> BAKOS, M. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Egiptomania**: o Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editorial, 2004, p. 11 – 12.

<sup>102</sup> LOCKS, M.; SANTOS, M. E. Templos, crocodilos e múmias: ex-votos de Sobek da coleção do Museu Nacional. **Revista Uniandrade**, Curitiba, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005

<sup>103</sup> BRANCAGLIONI, A. Coleções Egípcias no país. In: BAKOS, M. (Org.) **Egiptomania**. O Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editora, 2004, p. 31-41.

<sup>104</sup> Cf.: SANTOS, M. E. Templos... *Op. Cit.*, p. 11; BRANCAGLIONI, A. *Op. Cit.*, *passim*.

<sup>105</sup> BRANCAGLIONI, A. *Op. Cit.*, p. 31-32.

<sup>106</sup> SANTOS, M. E. Templos... *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>107</sup> BRANCAGLIONI, A. *Op. Cit.*, p. 32-33.

Era recorrente século XIX, conforme Lilia Moritz Schwarcz e Regina Dantas, a prática do colecionismo<sup>108</sup>. Dispondo a humanidade em estantes e prateleiras, os monarcas seriam os maiores colecionadores de artefatos e relíquias de civilizações passadas, de povos ainda na “*infância da humanidade*”, ou seja, aborígenes e não-europeus, e de objetos representativos da história natural<sup>109</sup>. Não fugindo desta prática, D. Pedro I e D. Maria Leopoldina de Áustria foram exímios colecionadores e tiveram suas coleções doadas e convertidas em Museu Real. Isolando os objetos de seus contextos originais, as majestades imperiais deram-lhe novos significados, valores, incluindo maneiras subjetivas de construção de identidades individuais e coletivas<sup>110</sup>. Neste sentido, é possível que a coleção egípcia adquirida por D. Pedro I tivesse uma intrínseca relação, como apontaram Pedro Paulo Funari e Raquel dos Santos Funari com as ambições do Império brasileiro<sup>111</sup>, visto que a nova nação buscava legitimar-se frente às demais tendo como imagem central a figura do imperador, assim como as imagens dos faraós eram essenciais para a manutenção do poder teocrático do Egito antigo.

Coube a D. Pedro II o fortalecimento do vínculo, iniciado por seu pai, entre Brasil e Egito. Nascido praticamente como imperador genuinamente brasileiro, toda a sua vida foi marcada por expectativas políticas voltadas à consolidação de uma nova nação que começava a engatinhar. Persona pública e com um espírito de verdadeira cultura, seus interesses pelas ciências se manifestaram muito cedo, dedicando-se ao longo de sua vida aos estudos de vários ramos do conhecimento: linguística, etnologia, arqueologia, história, astronomia e, seguindo os passos de sua mãe, ciências naturais. D. Pedro II, ainda, foi um assíduo frequentador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), exerceu o mecenato por meio de financiamentos a estudiosos, artistas e instituições e foi sócio de inúmeras Sociedades e Institutos de pesquisas internacionais, recebendo títulos e homenagens.

De sua ligação com o antigo Egito, restou-nos a notoriedade e dedicação à Egiptologia, estabelecida por meio de seus estudos sobre a antiga civilização, do aumento do número de antiguidades egípcias da coleção iniciada por seu pai e, principalmente, das reminiscências de suas viagens à *terra dos Faraós*. Amante das letras e das ciências, D. Pedro II perpetuou à posteridade suas memórias relacionadas às duas curtas estadias no Egito – a primeira no ano de 1871 e a segunda em finais de 1876 e início de 1877 – em diários pessoais,

---

<sup>108</sup> SCHWARCZ, L. M. & DANTAS, R. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 46, fev. 2008, p. 125

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 125-126

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 126-128.

<sup>111</sup> FUNARI, P. P.A.; FUNARI, R. S. *Op. Cit.*, p. 51-2.

anotações de campo, cartas a familiares e amigos e, ainda, fotografias. Como lembrança de sua primeira viagem ao Egito, o monarca recebeu o título de membro honorário do *Institut National d’Egypte*. Já de sua segunda ida às margens do Rio Nilo, D. Pedro II ganhou de presente do governante egípcio Ismail Pasha (1830-1895), segundo Schwarcz, uma peça de grande destaque para a sua vasta coleção de antiguidades clássicas, orientais e indígenas: o corpo mumificado de Sha-Amun-Em-Su, uma sacerdotisa e cantora do Templo de Amon que teria vivido na XXIII dinastia – cerca de 750 a.C. – e seu esquite de madeira, localizado atualmente no Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>112</sup>.

Desde então, o interesse por assuntos relacionados à civilização egípcia e por os estudos acerca do seu passado cresceram paulatinamente. Alguns impulsos ocorreram em meados do século XX, concomitantemente à introdução da História acadêmica no Brasil na década de 1930; entretanto, o Egito conquistou um espaço definitivo entre os estudos relacionados à Antiguidade a partir da criação dos cursos de pós-graduação na década de 1970 e, notadamente, da redemocratização do país, período no qual objetos, documentos e paradigmas interpretativos estavam se multiplicando<sup>113</sup>. Além dos estudos de Egiptologia *strictu sensu*, promovidos pela Universidade Federal Fluminense e Universidade de São Paulo, novas possibilidades foram abertas na década de 1990 com o projeto de pesquisa proposto por Margaret Marchiori Bakos referente à Egiptomania. Mapeando manifestações, apropriações e ressignificações de elementos do Egito antigo ao longo dos séculos XIX e XX e por todo o vasto território nacional, alcançou resultados surpreendentes: foram identificados elementos egípcios com diferentes significações e interpretações em arquiteturas, artes cimiteriais, decorações, charges, propagandas publicitárias, músicas, literatura, entre outros<sup>114</sup>.

Distante geograficamente dos núcleos de surgimento e delineamento dos estudos egiptológicos e, ainda, do próprio Egito, o pioneirismo dos dois imperadores do Brasil estimulou uma aproximação fundamental entre passado egípcio e o saber desenvolvido por historiadores e arqueólogos brasileiros, sendo possível, mesmo com as barreiras impostas pelos limites geográficos, se repensar o mundo egípcio, de maneira científica, em território brasileiro. Sendo nossa pesquisa um fruto desta possibilidade, refletiremos, no capítulo que se

---

<sup>112</sup> SCHWARCZ, L. M. *Op. Cit.*, p. 141.

<sup>113</sup> FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. *Op. Cit.*, p. 8-9.

<sup>114</sup> Um importante estudo desta variedade de manifestações do Egito antigo na sociedade contemporânea se encontra no livro organizado por Margaret Bakos, no ano de 2004. Cf.: BAKOS, M. (Org). **Egiptomania. O Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

segue, acerca das construções que cercam a imagem de D. Pedro II e, de suas viagens pelo Brasil e mundo afora, incluindo-se as terras do Egito.

## 2. PEDRO DE ALCÂNTARA: UM IMPERADOR ITINERANTE

“... *le Prince le plus intelligent et le plus savant qui existe...  
Il a tout lu, et il lit tout: historie, poésie, linguistique*”  
(GOBINEAU apud LYRA)

Para iniciar o capítulo, poderíamos rapidamente observar o panorama do Rio de Janeiro, onde se localizava a corte do Brasil e imperial e as principais instituições monárquicas e culturais, incluindo-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foro privilegiado para discussões relacionadas a aspectos científicos, econômicos, políticos e culturais. A cidade carioca, segundo Kaori Kodama sob o embasamento de Gilberto Freire, durante a passagem para o século XIX, perdia paulatinamente o “colorido” do período colonial que revestia paredes e roupas, os velhos palanquins, e o hábito de comer com as mãos para ceder espaço a uma tonalidade monocromática e sóbria, com a predominância do preto das casacas dos habitantes, da carruagem e do uso do garfo e da faca, indicações estas de que o Ocidente ou a europeização já abrangia os hábitos cotidianos da população<sup>115</sup>.

Poderíamos, ainda, esboçar em traços gerais o cenário político-cultural que estava como um pano de fundo nas incursões de D. Pedro II no interior de seu país e as excursões que realizou por um vasto território e que abrangeu três continentes, permeado por um amplo projeto de história nacional e, em consequência, de elaboração identitária para a jovem nação. Neste amplo movimento, o IHGB contribuiu na formulação de uma política cultural oficial<sup>116</sup> e, na construção de uma identidade nacional<sup>117</sup>, na constituição de uma história para a nação e até mesmo, na viabilização da estabilização do poder monárquico, sendo o espaço fundamentalmente escolhido para, de acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, definir um perfil para a “Nação Brasileira” que fosse capaz de lhe garantir uma identificação no amplo conjunto das “Nações”<sup>118</sup>.

Fundado em 1838 tendo como molde o Institut Historique e como referência a intelectualidade francesa, O Instituto era o ponto central e estratégico de onde se falava, se refletia e se olhava o Brasil, tanto em seu passado quanto presente, articulando uma série de

<sup>115</sup> KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil**. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. p. 97.

<sup>116</sup> SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: *Cia. das Letras*, 1999.

<sup>117</sup> GUIMARÃES, M. L. S. **Nação e civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 4-27, 1988.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 6.

conhecimentos acerca do território nacional –abrangendo história, geografia, etnologia, arqueologia, entre outros. Sua firmação como centro de estudos ocorreu, segundo Lília Moritz Schwarcz, no decorrer da década de 1850, período no qual D. Pedro II se imiscuiu, cada vez mais, na vida cultural e intelectual do Império brasileiro<sup>119</sup> e se tornou um efetivo participante e frequentador do Instituto<sup>120</sup>, único centro de estudos históricos do Brasil até a década de 1930.

Num contexto permeado pelo processo de consolidação do Estado Nacional e pela definição da Nação brasileira por meio das elites, o Brasil e o próprio imperador necessitavam, segundo José Carlos Reis, da história e dos historiadores para oferecer um passado e se abrir ao futuro, o IHGB foi o lugar privilegiado para se pensar e interpretar o passado da Nação. Neste sentido, de acordo com o estudioso, Karl Philipp von Martius definiu, na década de 1840, as linhas mestras de um projeto histórico que fosse capaz de garantir uma identidade ao Brasil, devendo a história brasileira ser construída através de sua ligação com o ramo português, que além de conquistador e senhor, foi o motor essencial do Brasil<sup>121</sup>. A Nação brasileira, assim sendo, se reconheceria, conforme aponta Guimarães, enquanto continuadora de uma missão civilizadora iniciada pela colonização portuguesa atuando, desta forma, como representante da ideia de civilização no Novo Mundo<sup>122</sup> e grande nação imperial.

O Brasil Imperial, tal como percebe José Carlos Reis, portanto, queria ser não indígena e/ou africano, mas português, “filho” de uma história iniciada pelos lusitanos, representantes da Europa, do progresso, da civilização, das Luzes, da razão e do cristianismo<sup>123</sup>. A colonização lusitana, ainda, era observada como bem-sucedida, pois trouxera aos trópicos a civilização, a religião cristã e a produtividade num território até então abandonado e desconhecido, integrando o Brasil no trajeto da “grande história”<sup>124</sup>.

Um dos representantes deste pensamento dominante do século XIX brasileiro foi, segundo Reis, Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador protegido e financiado pelo próprio monarca, que compôs, nos anos de 1850, uma *História Geral do Brasil*: realizando uma apologia à colonização portuguesa e a continuidade luso-brasileira, o “Heródoto

<sup>119</sup> SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador** ... *Op. Cit.*, p. 126-127.

<sup>120</sup> De acordo com Lília Moritz Schwarcz, o monarca presidiu, entre dezembro de 1849 e novembro de 1889, um total de 506 sessões, havendo apenas se ausentado no momento de suas viagens. Cf.: SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador** ... *Op. Cit.*, p. 127.

<sup>121</sup> REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: \_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 26-7.

<sup>122</sup> GUIMARÃES, M. L. S. *Op. Cit.*, p. 6-7.

<sup>123</sup> REIS, J. C. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 31-32.

brasileiro”<sup>125</sup> traçou, em sua obra, um caminho pelo qual optaram as elites brasileiras<sup>126</sup> - uma identidade nacional brasileira enquanto herança da civilização branca e europeia.

Foi diante deste panorama cultural e identitário que D. Pedro II aprofundou e delineou duas de suas imagens que foram perpetuadas de forma enfática à posteridade: um monarca de longas barbas brancas e personalidade intelectual, que sempre portava livros em suas mãos, e um *grand tourist*, que com uma pequena mala nas mãos conhecia o mundo alémtropical que havia tanto instigado sua imaginação por meio de imagens e leituras. Assim sendo, nos itens que se seguem deste capítulo, abordaremos, inicialmente, a faceta de D. Pedro II como um monarca intelectual e, principalmente, ilustrado; posteriormente, nos dedicaremos às viagens do imperador, tanto em território nacional quanto internacional, versando, por último, sobre suas viagens à Terra dos Faraós e seus diários de viagem.

## 2.1 “A SCIENCIA SOU EU”: D. PEDRO II, UM IMPERADOR INTELECTUAL

Muitas e variadas foram as representações e memórias construídas em torno de D. Pedro II. De grande estadista do Brasil Império, intelectual e mito da nacionalidade brasileira a patético, dissimulado, abusador do poder pessoal e alheio a questões relacionadas à nação, a figura do imperador nunca conquistou, entre aqueles que se debruçaram ou refletiram sobre sua persona, uma unanimidade, sendo alvo tanto de elogios quanto críticas desde o período imperial, seja por parte de pessoas relacionadas à imprensa<sup>127</sup>, de políticos ou de historiadores.

Dentre as várias facetas e imagens esboçadas do monarca brasileiro, aquela relacionada à sua predileção por estudos e saberes é uma das mais abordadas tanto na época quanto na historiografia do século XX<sup>128</sup>. Neste sentido, há aqueles que observaram sua

---

<sup>125</sup> Segundo Reis, Varnhagen pode ser considerado, de fato, o “Heródoto do Brasil”, pois foi aquele quem iniciou uma pesquisa metódica em relação ao Brasil e suas origens nos arquivos estrangeiros. Cf.: REIS, J. C. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>127</sup> Interessante, neste sentido, é observar as várias críticas e ataques a D. Pedro II por meio de caricaturas publicadas em periódicos a partir da década de 1870. Para Lília Moritz Schwarcz, é dessa época que datam o aparecimento das primeiras ilustrações que aludem à imagem do imperador como “Pedro Banana” e “Pedro Caju” como resultados, segundo a estudiosa, da indiferença com que o monarca brasileiro se encarava os negócios do Estado. Cf.: SCHWARCZ, L. *As barbas do Imperador... Op. Cit.*, p. 416-424

<sup>128</sup> Em todas as obras e dissertações relacionadas a D. Pedro II e o Brasil consultadas para esta pesquisa ressaltaram o caráter intelectual do monarca. Cf.: BESOUCHET, L. D. **Pedro II e o Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993; CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador? Ele não se parece nada com reis**”:

devoção às artes, letras, tecnologia e ciências, registrada tanto por diários e correspondências quanto por fotografias, como um superficial adorno intelectual e sem profundez. Caio Prado Júnior, ao refletir sobre o período imperial brasileiro e a posição do monarca frente à questão abolicionista a partir da década de 1850 em sua *História econômica do Brasil*, escrito nos anos de 1940, observa D. Pedro II, em uma nota de rodapé, como um “*homem medíocre intelectualmente, [que] tinha contudo pretensões literárias, e se lisonjeava muito com a amizade e consideração dos intelectuais de renome mundial*”<sup>129</sup> e esquecido de suas “fumaças progressistas”. Ainda, conforme apontam as estudiosas Giselle Marques Camara e Lilia Moritz Schwarcz, o imperador foi acusado, devido às suas relações com as variadas formas de conhecimento e a intelectualidade, de negligência em relação aos seus deveres como monarca e estadista, construindo-se uma imagem – já oriunda da época em que viveu – na qual era alheio e distanciado do âmbito político, relegando-o a um segundo plano em suas ações.

Por sua vez, Schwarcz, em *As Barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos Trópicos*, ao traçar uma trajetória cronológica sobre D. Pedro II com o intuito de recuperar memórias nacionais, esboça várias representações simbólicas que circunscreveram sua imagem e que objetivaram legitimar a monarquia imperial brasileira: órfão da nação, rei majestático, imperador tropical, mecenas, rei cidadão e mito. Quanto à sua relação com os saberes e a cultura, a estudiosa afirma que na década de 1850 fazia parte do projeto imperial, - ao qual o imperador estava envolvido como principal artífice - não apenas assegurar a realeza para a jovem nação, mas destacar uma memória e reconhecer uma cultura para a vasta territorialidade brasileira. Para tanto, segundo a estudiosa, D. Pedro II investia na sua representação, em processo de construção, como erudito: “*seguinto o exemplo passado de Luís XIV, o monarca formava a sua própria corte ao mesmo tempo que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem*”<sup>130</sup>, sendo o próprio imperador quem patrocinava projetos de pesquisa histórica e arqueológica com relevância para a construção de um passado para o

---

Algumas considerações sobre o intelectual Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005; GOUVÊA, F. C. **O Imperador Itinerante**. Secretaria de Educação e Cultura, 1978; LYRA, H. **História de D. Pedro II** (1825-1891). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, 3 v.; PIRES, J. R. F. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II** (1881). 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007; SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador ... Op. Cit.**

<sup>129</sup> JR., C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969. p. 177.

<sup>130</sup> SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador ... Op. Cit.**, p. 128.

Brasil, financiava e auxiliava diretamente homens de vários ramos das ciências e das artes. Atentando ainda para as atitudes de D. Pedro II ao longo de sua vasta trajetória no governo imperial brasileiro e classificando-as como dissimuladas, ou seja, encobertas e disfarçadas, a estudiosa sugere, em sua reflexão, que todas as ações e atuações no âmbito público foram, de acordo com Giselle Marques Camara, atos de afirmação e legitimação política<sup>131</sup>. Assim sendo, a troca das vestes majestáticas pela casaca e cartola negra seriam, para a estudiosa, uma dissimulação por parte de D. Pedro II diante do aumento de vicissitudes e ideologias opositoras, que rapidamente conquistavam amplos espaços no âmbito intelectual brasileiro<sup>132</sup>. Para Giselle Marques Camara, na lógica discursiva de Schwarcz,

D. Pedro II', para dissimular uma superficial liberalidade – frente a uma ordem autoritária, calçada pelo poder moderador, e assentada na plantation – veste-se, literalmente, de liberal, teatralizando para o seu povo e, principalmente para as intelectualidades brasileira e europeia, um modelo de sociedade que não condizia com a realidade.<sup>133</sup>

O gosto de D. Pedro II pelo conhecimento e suas investidas científicas e artísticas seriam, portanto, demonstrativos não somente de sua vocação intelectual e ânsia por saber, mas de ações que se encontravam atreladas e subordinadas à elaboração de um projeto cultural para a nação brasileira e, conseqüentemente, à legitimação do poder monárquico.

Há ainda, neste vasto âmbito sobre a figura de D. Pedro II e suas relações com as ciências e os saberes, aqueles que o delinearam como um legítimo intelectual e portador de uma vasta cultura e erudição, demonstrando um grande pendor pelas vanguardas do conhecimento e uma vasta sede por sabedoria. Ao contrário dos estudiosos anteriores, Heitor Lyra, autor de uma vastíssima obra sobre o imperador brasileiro e o cenário político-cultural ao qual pertenceu, publicada entre as décadas de 1930 e 1940, e intitulada *História de D. Pedro II*, delineou o monarca que se dizia que desde seu nascimento, havia se consagrado às ciências e às letras, como um grande erudito e humanista. Receptor, desde a infância, de uma educação pautada na cultura europeia, D. Pedro II, para Lyra, se tornara, além de incentivador a tudo o que se relacionava a conhecimentos, um “*amigo dos poetas, dos artistas, dos homens de ciência, que a todos acolhia com um sorriso animador, encorajando a uns, amparando a*

---

<sup>131</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p.36.

<sup>132</sup> SCHWARCZ, L. M. *Op. Cit.*, p. 321-326.

<sup>133</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 36.

*outros*”<sup>134</sup>. Afirmando que o imperador não foi, certamente, um sábio, o estudioso, entretanto, o caracterizou como um homem que não se limitou a ser somente instruído, mas que foi, de fato, um verdadeiro erudito.

Exceção entre os homens do Governo imperial, que circunscreviam seus interesses ao âmbito político e apenas se atinham, em sua sede por saber, a uma rápida leitura de jornais e revistas<sup>135</sup>, o monarca era, para Lyra, um grande entusiasta do conhecimento, um acompanhante do pensamento contemporâneo em todos os setores do pensamento humano<sup>136</sup> e portador de um espírito indagador que de tudo se ocupava, vivendo com o desejo de viver rodeado por sábios, artistas, homens de letras e ciências, em suma, eruditos como ele. Ainda, questionando as visões referentes à falta de envergadura, por parte do imperador, no que concerne às questões do Estado, Lyra afirma que o imperador tinha uma enorme preocupação com a causa pública e a sua interferência nas três principais questões político-sociais que permearam o segundo reinado: a Guerra do Paraguai, a Questão dos Bispos e a Emancipação dos Escravos, havendo, além disso, ingerências tanto nos principais quanto nos secundários e insignificantes detalhes da administração pública do Império.

Ainda neste âmbito de delimitação de D. Pedro II como um autêntico erudito e homem ligado à cultura e às ciências de sua época, se inserem as reflexões de João Ricardo Ferreira Pires, Fernando da Cruz Gouvêa e Giselle Marques Camara. Neste sentido, ao analisar a as viagens do monarca pelo território nacional e internacional em sua dissertação de mestrado intitulada *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)*, Pires esboça a imagem de D. Pedro II como um viajante erudito com o anseio de observar, *in loco*, tudo o que estudou e conheceu por meio de suas leituras e contatos com intelectuais europeus em território brasileiro sendo, ainda, uma pessoa culta, altamente letrada e que demonstrava um amplo interesse por tudo o que diz respeito aos progressos científicos<sup>137</sup>. Apresentando uma caracterização similar, Gouvêa, em *O Imperador Itinerante*, ao analisar e descrever, quase que diariamente, todas as viagens realizadas por D. Pedro II, aponta para o monarca brasileiro como um curioso com intenções de alargar seus conhecimentos adquiridos e alargar a cultura que havia haurido

<sup>134</sup> LYRA, H. **História de D. Pedro II** (1825-1891). Fastígio (1870-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, v. 2. p. 25.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>136</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>137</sup> PIRES, J. R. F. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)**. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 24-27.

através de livros<sup>138</sup> e possuidor de uma formação intelecto-cultural sobretudo francesa. Já Giselle Marques Camara, em sua dissertação de mestrado intitulada *Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo*, reflete de maneira intensa a imagem do imperador como erudito, considerando-o como um intelectual *in facto*, ou seja, como um homem/intelectual ilustrado.

Compartilhando, em nossa monografia, da caracterização de D. Pedro II delineada e proposta por Camara, por ser mais abrangente e por repensar na imagem intelectual do monarca brasileiro não como um reflexo de sua posição política, mas de um espírito ligado à cultura e ao conhecimento, passaremos, a seguir, a destacar as principais argumentações que constroem, em sua análise, a faceta ilustrada do erudito e intelectual Pedro de Alcântara.

### 2.1.1 Um monarca ilustrado nos trópicos

Há, para Giselle Marques Camara, na personalidade de D. Pedro II, vários indícios que nos levam à identificação de sua postura comportamental com o modelo cultural iluminista: interesse por diversos ramos das ciências e do conhecimento, atuação como pesquisador, comprometimento com institutos de pesquisa e ativo desempenho como mecenas. Abordando, para compreender esta faceta do imperador, o Iluminismo por meio de um viés que privilegie a sistematização de todo o conhecimento que provinha da descoberta dos fenômenos naturais e da observação dos povos e suas manifestações culturais, Giselle Marques Camara, em sua reflexão, traça-o como um amplo movimento cultural surgido na Europa do século XVIII que lançou novas perspectivas e valores sociais em um mundo até então assentado na antiga ordem regida pelo Antigo Regime.<sup>139</sup>

A importância do pensamento iluminista, segundo a estudiosa, “*recai sobre a maneira pela qual seus ideólogos e ativistas inauguraram a crença de que o conhecimento sobre o mundo estava assentado na descoberta da legalidade dos fenômenos, que regiam tanto a natureza quanto o comportamento humano [...]*”<sup>140</sup>, pautados nos pressupostos de universalidade, atemporalidade e imutabilidade das leis naturais.

<sup>138</sup> GOUVÊA, F. C. *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>139</sup> CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador?...**” *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>140</sup> *Idem.*

Com o iluminismo, uma nova concepção de natureza humana surgiu, sustentada na ideia de que os homens, independentemente da época ou do lugar, era sempre único, sendo todos dotados de uma mesma essência<sup>141</sup>. Deste modo, segundo Camara, a humanidade como um todo passou a ser objeto de estudo dos filósofos, ainda que os parâmetros para a reflexão do “homem universal” tenham advindo de suas visões de mundo e valores de sua própria sociedade<sup>142</sup>. A razão, faculdade humana que passou a ser o centro das atenções, só poderia “[...] *ser plenamente percebida em sua ação e seus efeitos*”<sup>143</sup>, cabendo à ciência a função de força propulsora, capaz de despertar o desenvolvimento da racionalidade humana<sup>144</sup>.

Ao lado da nova concepção sobre a natureza humana, surgiu uma inovação na forma de se compreender o conhecimento, calcada, de acordo com a estudiosa, no recolhimento de materiais estabelecidos pela observação e pela potencialidade humana de conferir ordem e coerência a estes fatos; assim, mesmo que “*o espírito humano se deparasse com uma imensa multiplicidade de objetos, a razão, por intermédio da ciência teria a propriedade de conferir ao dado material uma dimensão e identidade próprias, de forma que mais um sistema de valor imutável e de ordem universal pudessem ser revelados*”<sup>145</sup>. A produção de conhecimentos circunscritos ao âmbito das ciências naturais e humanas teve, para os iluministas, um caráter pragmático: a criação e produção de saberes ofereceriam o progresso e o aperfeiçoamento da condição humana, tanto em aspectos materiais quanto espirituais<sup>146</sup>; atrelada à ideia de progresso, surgiu ainda uma nova concepção de temporalidade, calcada numa estrutura temporal linear e em uma função teleológica do tempo que repousava no axioma iluminista de que o presente dependeria dos avanços realizados no passado e o futuro daqueles realizados no presente<sup>147</sup>.

A história, no pensamento iluminista, contribuiria ao desenvolvimento da humanidade: esquivaria os homens de cometer atos insensatos de épocas precedentes; além disso, partindo da universalidade do gênero humano, para Câmara, seria um movimento global que abarcaria o passado, presente e futuro de toda a humanidade e que responderia questões relacionadas à diversidade das manifestações culturais<sup>148</sup>. Aqui, os estágios científicos e tecnológicos das populações serviriam como o medidor do desdobramento e evolução das sociedades: nessa lógica, as culturas que detivessem a ciência e o saber estariam

---

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 51

<sup>142</sup> *Idem.*, p. 51

<sup>143</sup> CASSIRER apud CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador?...** *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>145</sup> Grifos da autora. CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador?...** *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>146</sup> *Idem.*

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 55-56.

num patamar superior em relação às demais. Hierarquizando as populações a partir de seus “estágios de evolução”, os filósofos iluministas tinham a crença de que os descompassos temporais e evolutivos – firmados por meio do deslocamento geográfico – entre as sociedades não eram definitivos e imutáveis, podendo ser compensados pelos avanços técnico-científicos. Neste sentido,

o objetivo do filósofo historiador do século XVIII e do cientista do XIX era justamente o de ajudar a humanidade na aceleração de sua ‘marcha evolutiva’, na medida em que produzissem conhecimentos que contribuíssem para o seu crescimento material e cultural, já que a contemporaneidade é o ponto em que homens podem compreender o processo histórico e detectar os males da humanidade<sup>149</sup>

A Europa, para aqueles que partilharam dessa crença, era o modelo de sociedade civilizada que difundiria as “luzes” para o restante do mundo; seria ela aquela que, por meio de deveres missionários e missões civilizadoras, orientaria e conduziria os países ainda não capacitados rumo à evolução, progresso e ordenação. Segundo Camara, o “messianismo” europeu, presente no imperialismo do século XIX, teve sua origem no Iluminismo e foi utilizado como uma ferramenta para a legitimação da superioridade ocidental – e europeia – no processo de expansão territorial das potências ocidentais<sup>150</sup>.

O surgimento de novas doutrinas científicas – tais como o evolucionismo<sup>151</sup> e o racialismo<sup>152</sup> –, no século XIX, foi perpassado por esses valores ideológicos e tiveram uma importante contribuição na consolidação da noção irretorquível de uma superioridade europeia – e branca – diante de outras sociedades e populações. Estas doutrinas ganharam

---

<sup>149</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>150</sup> *Idem.*

<sup>151</sup> O evolucionismo, de acordo com Renato Ortiz, se propunha a encontrar um nexo entre as diversas sociedades humanas ao longo da história e estabelecer leis que regessem o progresso dos povos e civilizações. Cf. ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>152</sup> Dentre as doutrinas racialistas do século XIX, havia o evolucionismo social e o darwinismo social. O primeiro, de acordo com Anderson Ribeiro da Silva, era a fusão dos postulados monogenistas, ou seja, na crença de uma única origem da humanidade, e as teorias evolucionistas darwinistas. Esta corrente, transferindo os referenciais explicativos das desigualdades humanas da biologia para os padrões culturais, tinha como pressuposto de que o caminho a ser seguido para a humanidade era evolutivo e em direção à civilização e ao progresso. Já o segundo, oriundo do entrelaçamento de postulados poligenistas – ou seja, na crença de várias origens da humanidade – era pautado em três pontos-chave: o primeiro relacionado às diferenças raciais da humanidade e à distinção existente entre as raças nos aspectos morais, intelectuais e físicos; e o segundo e terceiro associados a essas diferenças - a conexão entre características físicas de um indivíduo e sua capacidade mental ou valor moral, e a percepção do indivíduo não como ser autônomo, mas condicionado pelo grupo racial ao qual fazia parte. Aqui, a miscigenação era um símbolo de degeneração e decadência e, diferentemente dos evolucionistas sociais, a capacidade de constituir uma civilização era restrita a algumas raças, principalmente as brancas. Cf.: OLIVEIRA, A. R. Sobre a cor da noite: teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX. **Revista Múltipla**, Brasília, n. 14, 2003. p. 93-94.

corpo e destaque no âmbito intelectual do Brasil oitocentista, principalmente a partir da década de 1870<sup>153</sup>, período no qual D. Pedro II realizou duas de suas três viagens ao exterior. Difundidas em território brasileiro principalmente pelos trabalhos desenvolvidos por Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, as teorias racialistas em muito influenciaram o olhar do imperador brasileiro em suas viagens às terras orientais e em suas reflexões sobre o antigo e moderno Egito.

D. Pedro II, tal como aponta Giselle Marques Camara, “*revela o espírito de um verdadeiro intelectual ilustrado, encantado com a atemporalidade e universalidade dos fenômenos científicos inscritos na natureza, e das artes inscritos na alma humana*”<sup>154</sup>. Tomando como ponto de referência os três pressupostos, definidos por Danilo Marcondes, no qual se fundam a cultura e o pensamento iluminista – o conhecimento, a ciência e a educação –, Camara delinea a imagem do imperador brasileiro como um intelectual comprometido com os valores associados ao movimento das luzes a partir de sua atuação política e social. Neste sentido, D. Pedro II, para além de um erudito que se limitava à acumulação de conhecimento como um deleite pessoal ou preenchimento de suas horas estipuladas para o lazer, se achava sintonizado com as ideias que circulavam na esfera europeia e comprometido com a produção de saberes que contribuíssem para a resolução de problemas internos do Brasil e o progresso do território o qual governava<sup>155</sup>.

D. Pedro II, assim sendo, frequentou, incrementou, influenciou e até mesmo financiou - principalmente a partir da década de 1840 e 1850, período no qual se buscava reconhecer uma cultura e uma identidade nacional para o Brasil - instituições acadêmicas, científicas e educacionais, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Real de Belas Artes e o Colégio Pedro II<sup>156</sup>. Além disso, o monarca incentivou e auxiliou poetas, músicos, pintores, escritores e cientistas; recebeu vários títulos como membro honorário de institutos internacionais; colecionou amplamente objetos de várias temporalidades e distintos povos do mundo; manteve um assíduo diálogo com intelectuais europeus; e, principalmente, em suas viagens, como já apontado anteriormente, aproveitou do saber adquirido para desenvolver e nivelar sua nação junto às potências ocidentais: “*quero ver os maiores centros industriais, para aprender alguma coisa no meu país, quando regressar*”<sup>157</sup>.

---

<sup>153</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 60.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 61- 62.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>157</sup> D. PEDRO II apud PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 59.

Foi, em nossa percepção, com esta bagagem de intelectual ilustrado, que o imperador brasileiro percorreu as terras ocidentais e orientais em suas jornadas Brasil afora carregando consigo, além de um grande desejo de observar, conhecer e saber, visões de mundo oriundas de seus estudos, leituras e, ainda, contatos, por meio de conversas com representantes e intelectuais europeus em território brasileiro.

## 2.2 VIAGENS PELO BRASIL ADENTRO

D. Pedro II foi, de acordo com Heitor Lyra, um dos monarcas mais viajados do seu tempo<sup>158</sup>. Percorrendo tanto as terras de sua emergente nação quanto o território exterior, o imperador brasileiro viajou durante todo o seu vasto reinado. Suas primeiras incursões pelo interior das províncias do país ao qual governava iniciaram na década de 1840 e tiveram longas trajetórias, abrangendo tanto o norte quanto o sul e com objetivos imperiais: consolidar seu reinado em seus aspectos territoriais, políticos e culturais. Conhecer o amplo território brasileiro com sua presença era, de acordo com João Ricardo Ferreira Pires, uma estratégia de poder espacial que estaria calcada na visualização e no conhecimento da figura do imperador e, ainda, no reconhecimento, por parte do monarca, de seus súditos<sup>159</sup>, demarcando, unindo, solidificando e pacificando os limites da jovem nação.

Quando viajava pelo interior, segundo Pires, D. Pedro II marcava sua presença em uma grande e similar rotina de práticas políticas: visitava, fiscalizava e discutia sobre órgãos e serviços públicos; conhecia igrejas e seminários; frequentava escolas, assistia aulas e questionava os alunos; mantinha conversas com autoridades políticas, civis e religiosas; concretizava, em suma, a sua imagem entre os súditos por meio de incursões nos meandros político-administrativos do império<sup>160</sup>. Já no ano de 1845, o imperador visitou as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o intuito de pacificar o território após a revolução Farrroupilha; no retorno, visitou São Paulo e iniciou uma excursão, em 1847, pelas terras fluminenses.

---

<sup>158</sup> LYRA, H. **História de D. Pedro II** (1825-1891). Fastígio (1870-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, v. 2. p. 171.

<sup>159</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>160</sup> Para mais informações sobre as viagens de D. Pedro no interior do Brasil consultar: GOUVÊA, F. C. **O Imperador Itinerante**. Pernambuco: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

Na década de 1850, período no qual o Império brasileiro ampliava suas redes de comunicação entre as províncias e sofria um surto de progresso industrial e comercial, D. Pedro II realizara viagens ao Norte e Nordeste: entre 1859 e 1860 visitou Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, fiscalizando e tecendo anotações sobre vários ramos administrativos, educacionais e econômicos<sup>161</sup>. Suas incursões pelo Brasil continuaram, sendo mais frequentes no final da década de 1870 e, principalmente 1880, graças à rápida e crescente expansão das estradas de ferro destinadas ao escoamento da produção cafeeira, onde visitou locais com várias linhas férreas – localizadas, sobretudo, em Minas Gerais – e participou de suas inaugurações. O imperador, ainda, viajara à província do Paraná no ano de 1880 com o intuito de observar e avaliar os elementos de prosperidade e progresso da região<sup>162</sup>.

As incursões de D. Pedro II no território exterior apenas ocorreram na década de 1870. Depois de quase três décadas de governo, havia chegado a hora de o imperador extrapolar os limites territoriais de seu império e apreciar o mundo que, até então, apenas conhecia por meio de seus estudos e leituras. Visitando o exterior por três vezes, o imperador brasileiro se tornou um grande passeador em várias cidades europeias, americanas e orientais.

### 2.3 PEDRO DE ALCÂNTARA: ALÉM DE IMPERADOR, UM VIAJANTE BRASILEIRO NO EXTERIOR

A primeira saída do imperador rumo ao exterior ocorreu no dia 25 de março de 1871 e durou até 31 de março de 1872. Já no início daquele ano, o monarca tinha intenções de viajar à Europa. Segundo Fernando da Cruz Gouvêa, confiante no equilíbrio do quadro de inquietações políticas do Gabinete de 7 de Março, chefiado pelo Visconde do Rio Branco, D. Pedro II decidira realizar sua primeira viagem à Europa<sup>163</sup>. A viagem, contudo, receberia uma forte oposição por parte dos parlamentares brasileiros se tornando, até mesmo, uma polêmica partidária, opondo a corrente reformista, representada pela figura do Visconde do Rio Branco, e a corrente conservadora, que teve como imagem central José de Alencar e lutava pela facção representativa dos fazendeiros e grandes proprietários rurais. Receosos pela ausência do

---

<sup>161</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>163</sup> GOUVÊA, F. C. *Op. Cit.*, p. 108.

imperador e pela regência da princesa Isabel, casada com o Conde D'Eu, homem que se posicionou abertamente ao lado dos abolicionistas<sup>164</sup>, os conservadores observavam a viagem do imperador como inoportuna em um cenário crítico relacionado à questão da mão-de-obra escrava e da abolição da escravatura. Visconde do Rio Branco, ao contrário, apoiava a ida de D. Pedro II ao exterior, afirmando que o país se encontrava em um momento de calma, que as controvérsias que envolviam a emancipação eram antigas e não traziam perigos eminentes, e que “o Imperador muito terá a aprender na Europa [...] mas também poderá lá servir de modelo de virtudes, de saber e dedicação à causa pública”<sup>165</sup>.

Entre controvérsias e planos ainda indefinidos, segundo Gouvêa em obra já citada, uma questão de cunho pessoal aceleraria sua ida ao continente europeu: a notícia da morte de sua filha, a princesa Leopoldina de Saxe-Coburgo e a consequente necessidade de o monarca trazer para perto de si os netos deixados pela falecida filha; além disso, a perda repentina havia agravado as fragilidades de saúde da imperatriz Teresa Cristina<sup>166</sup>. Decretado o luto oficial por seis meses na Corte, e obtida, sob polêmicas, a licença das Câmaras para a sua viagem, D. Pedro II parte em direção à Europa no dia 25 de março e deixa o governo imperial nas mãos da princesa Isabel e sob a autoridade do Visconde do Rio Branco, que estava determinado a imprimir uma postura abolicionista em seu Gabinete, posição esta que visava retardar o processo de liquidação da Monarquia brasileira.

Despindo-se das insígnias imperiais e viajando apenas como Pedro de Alcântara, o imperador percorreu seu longo itinerário desligado de funções políticas e governamentais, ou seja, como um cidadão e *grand tourist*<sup>167</sup>. Contudo, tal como aponta Lília Mortiz Schwarcz, D. Pedro II recebeu e visitou reis e rainhas, autoridades militares e civis, mostrando a distância existente entre um simples cidadão e um “monarca-cidadão”<sup>168</sup>. Viajando com uma pequena comitiva, o imperador iniciou sua trajetória por Portugal, país ligado intimamente a suas origens, passando pela Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Áustria, Itália, e

<sup>164</sup> BESOUCHET, L. *Op. Cit.*, p. 188.

<sup>165</sup> VISCONDE DO RIO BRANCO apud GOUVÊA, F. C. *Op. Cit.*, p. 111.

<sup>166</sup> GOUVÊA, F. C. *Op. Cit.*, p. 108-110.

<sup>167</sup> De acordo com Valéria Salgueiro, um novo tipo de viajante surgiu no século XVIII em conexão com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial: o *grand tourist*, viajante *por prazer* e amante da cultura antiga e monumental, com gosto exacerbado por ruínas e com um olhar armado para vistas panorâmicas. Viagens repletas de percalços e sacrifícios, tais como longos percursos em cima do lombo de mulas, eram entretanto recompensadas pela verificação *in loco* dos monumentos que se conhecia, até então, por ouvir falar e ler em livros de estampas e em relatos de viagens. Cf.: SALGUEIRO, V. *Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n° 44, pp. 289-310, 2002.

<sup>168</sup> SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador...** *Op. Cit.*, p 362.

pelo Oriente, abrangendo a Palestina, a Ásia Menor e o Egito. Antes de retornar ao Brasil, visitou novamente a Espanha, o Sul da França e Portugal.

Em todo o seu percurso, Pedro de Alcântara seguiu um amplo roteiro de peregrinação científico-cultural: trajado com seu jaquetão preto e despejando conhecimento e erudição por todos os lados, esteve em várias escolas, museus e instituições científicas e acadêmicas; visitou e manteve um assíduo contato com ilustres personalidades, homens de letras, estudiosos e intelectuais da época; conheceu igrejas, conventos e bibliotecas. Tal jornada teve a duração de dez meses, retornando as majestades imperiais ao Brasil, com seu genro, o Duque de Saxe-Coburgo e seus netos Pedro Augusto e Augusto Leopoldo em março de 1872.

A segunda viagem realizada ao estrangeiro, iniciada em março de 1876 e prolongada até setembro de 1877, teve como motivações, além do desejo pessoal de D. Pedro II retornar ao exterior, a visita à Exposição Universal da Filadélfia e a abalada saúde da imperatriz Teresa Cristina. Para Lídia Besouchet, sua segunda ida ao exterior pode ser considerada “*não como ‘um banho de civilização’ como popularmente os brasileiros do século XIX costumavam designar os passeios à Europa, mas como um contato direto com todas as civilizações, todos os aspectos do mundo moderno e contemporâneo*”<sup>169</sup>.

A chegada do monarca aos Estados Unidos, primeiro ponto de seu longo trajeto pelo exterior, foi em um momento marcante para o país vizinho: a comemoração do centenário de independência. De acordo com João Ricardo Ferreira Pires, a imprensa norte-americana, assustada com um rei que visitava uma república, acompanhou todos os itinerários do imperador pelo país, contribuindo para o fortalecimento e a propagação da imagem de D. Pedro II como “monarca-cidadão”<sup>170</sup> ao apresentá-lo e descrevê-lo como um rei democrático e destituído de modos aristocráticos, fardões e condecorações, e sobretudo, sábio que tinha uma grande sede por conhecimento:

a cada passo o imperador do Brasil ganha maior favor público. Torna-se, de fato, o personagem mais popular que pisou em solo americano. Gosta de parecer com desenfadado um estudante em busca de instruir-se, desejando adquirir conhecimento que mais tarde serão aproveitados em experiências e práticas nos seus próprios domínios, com vantagem para o Império de que é chefe magnânimo.<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> BESOUCHET, L. *Op. Cit.*, p. 402.

<sup>170</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p., 188.

<sup>171</sup> GOUVÊA, F. C. *Op. Cit.*, p. 188.

Nos Estados Unidos, D. Pedro II visitou escritores e cientistas, apreciou escolas, museus e avanços tecnológicos e, ainda, abriu juntamente com o presidente norte-americano Ulysses S. Grant, a Exposição da Filadélfia, grande vitrine da civilização do período<sup>172</sup>. Munido de um olhar analítico, o imperador percorreu, em poucos dias, várias cidades que compunham a costa leste e oeste; ainda, com intenções administrativas, conheceu, observou e refletiu sobre novos avanços tecnológicos e industriais e a viabilidade de suas aplicações em terras brasileiras.

Partindo da república norte-americana, D. Pedro II iniciou, ao lado de sua comitiva, o périplo pelo Velho Mundo e o Oriente. Iniciando o roteiro pelo Reino Unido, o imperador visita a Alemanha, a Áustria - onde deixa a Imperatriz sob os cuidados do Dr. Charcot em Caldas de Gastein -, a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia, a Rússia, a Turquia, a Grécia, a Terra Santa, o Egito, a Itália e a França. De sua longa jornada, o imperador se deteve, conforme aponta Besouchet, por mais tempo em Paris, onde visitava diariamente o Instituto de Ciências de Paris e assistia com frequência conferências promovidas por diversas Sociedades<sup>173</sup>. Além de suas idas aos principais centros intelectuais e artísticos do período, estabeleceu amizades e manteve um frequente contato e com eminentes poetas, escritores, cientistas e visionários de sua época: Gobineau, Pasteur, Renan, Victor Hugo, entre muitos outros.

Sua terceira viagem ao exterior antes de sua deposição e da queda do poder monárquico ocorreu entre junho de 1887 e agosto de 1888 e se em um momento crítico do império brasileiro: o acirramento da questão militar, as agitações em torno da abolição da escravidão, o crescente aumento do barulho produzido pelos republicanos e, ainda, o frágil estado de saúde do imperador. Conforme apontou Lídia Besouchet, vários adversários reforçaram, diante da debilidade física de D. Pedro II, sua incapacidade de conduzir os rumos do governo. Rui Barbosa, neste sentido, teria afirmado que “[...] esse imperador formiga rábica, agora, da noite para o dia, já esquece de tudo e de tudo se alheia, renunciando ao senhorio de sua própria pessoa nas mãos de parentes, ministros ou criados”<sup>174</sup>.

Tendo como justificativa o tratamento de D. Pedro II, esta viagem ficaria circunscrita apenas ao âmbito europeu; todas as suas intenções de retornar às terras egípcias e viajar pelo Oriente foram eliminadas por seus médicos. O monarca passou por Portugal, França e Alemanha, onde descansou por dois meses e iniciou um tratamento composto por exercícios

<sup>172</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>173</sup> Nos dois meses que permaneceu em Paris, de acordo com Lídia Besouchet, D. Pedro II assistiu a conferências promovidas pelas seguintes instituições: Sociedade Amigos da Ciência, Sociedade dos Expostos, Sociedade de Geografia, Sociedade de Topografia, Sociedade de Zoologia e Sociedade Central dos Náufragos. Cf.: BESOUCHET, L. *Op. Cit.*, p. 360-61.

<sup>174</sup> BARBOSA, R. apud BESOUCHET, L. *Op. Cit.*, p. 472.

de ginástica e banhos nas estações termais de Baden-Baden com a companhia de duas figuras monárquicas: o imperador Guilherme I da Alemanha e o rei Leopoldo II da Bélgica. Posteriormente, retornou a Paris, visitando antes Coburgo, Essen e Bruxelas. Na capital francesa, retomou as atividades que fizeram em viagens anteriores: visita a institutos acadêmicos e de pesquisa, teatros, bibliotecas, museus, entre outros. Em sequência, uma nova temporada de descansos aconteceu em Cannes, onde o imperador repousou por seis meses.

Em seguida, entre oscilações de melhoras e decaídas em seu estado de saúde, percorreu Gênova, Veneza, Nápoles Pompéia, Florença, Bolonha e Milão, retornando ao Brasil em depois de passar em Lisboa e Dakkar, na África.

Em todas as suas viagens ao exterior, o olhar do viajante Pedro de Alcântara é o de uma pessoa letrada, sábia e interessada pelas ciências, letras e progressos técnico-científicos; uma persona com um enorme desejo de observar, conhecer e aprender. Embasado nos escritos de Fernando Cristóvão, João Ricardo Ferreira Pires nos aponta para o caráter erudito das excursões de D. Pedro II: bebendo da tradição enciclopédica do Iluminismo, o monarca tudo quer ver<sup>175</sup>. Assim sendo, o imperador brasileiro é um dentre aqueles “*príncipes, preceptores, artistas, eclesiásticos [...], intelectuais críticos que não se acomodam à estreiteza política, cultural, religiosa ou artística dos seus países, desejosos de encontrar fora de fronteiras o que lhes falta dentro*”<sup>176</sup> que, em seus itinerários, “[...] *convivia [...] com sábios e mestres famosos, e no regresso dava-se início a uma erudita correspondência entre os espíritos ilustrados que se admiravam*”<sup>177</sup>. Foi, portanto, no universo intelectual e científico que D. Pedro II apreciou estar, e suas viagens ao estrangeiro foram uma maneira de se aproximar de seus gostos, anseios e desejos por conhecimento.

### 2.3.1 Um brasileiro na Terra dos Faraós

As viagens ao Oriente, conforme apontou a estudiosa Nathalia Monseff Junqueira, “*faziam parte do itinerário de qualquer pessoa interessada a conhecer novas culturas*”<sup>178</sup>. Vivendo em tal cenário e sendo, como já delineamos acima, um amante das ciências e dos

<sup>175</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>176</sup> CRISTÓVÃO, F. apud PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>177</sup> *Idem.*

<sup>178</sup> JUNQUEIRA, N. M. “Uma viagem ao Antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert”. **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 48/49, 2008. p. 246.

conhecimentos relacionados a humanidades, Pedro de Alcântara percorreu as terras banhadas pelo Rio Nilo entre os dias 28 de setembro e 11 de novembro de 1871 e, ainda, entre 08 de dezembro e 15 de janeiro de 1877.

Destas viagens, como já mencionado no primeiro capítulo, foram-nos legados dois diários de viagens, itens indispensáveis na bagagem dos viajantes, e que optamos em utilizar como *corpus documental* de nossa pesquisa. A elaboração dos diários de viagens, tal como versa Valéria Salgueiro em artigo já citado, fazia parte de um dos objetivos do *Grand Tour* – ou seja, do turismo por prazer e amor à cultura/civilização: a expansão dos horizontes culturais do viajante culto e interessado no passado e na arte dos antigos, um hábito aristocrático e altamente em moda<sup>179</sup>. Estes relatos eram, geralmente, acompanhados de ilustrações realizadas pelo próprio viajante referentes a monumentos e paisagens observados durante seu percurso. A escrita e os desenhos, para a estudiosa, “faziam parte de um ritual metodológico que ia se impondo, cujo ponto alto era a sua publicação, ao retorno do viajante, o que ampliava o conhecimento e despertava o interesse dos leitores para novos projetos de viagem e novos conhecimentos”<sup>180</sup>.

Em um panorama circunscrito por grandes viagens e viajantes, tanto Brasil adentro quanto mundo afora, as narrativas literárias e científicas do século XIX e seus procedimentos narrativos, temas de predileção, descrições paisagísticas, elaborações sobre o pitoresco e o sublime não eram, segundo Pires, desconhecidas de D. Pedro II. Apontando Alexander von Humboldt como um paradigma de viajante e escritor de viagem, o estudioso afirma que sua concepção paisagística - permeada por quadros descritivos o mais abrangente possível -, e a conjugação que estabeleceu entre a ciência e o sentimento marcou aqueles que viajaram ao longo do século: “*todos os viajantes após Humboldt se preocuparam com a transposição exata (cientificamente e sensitivamente) dos cenários vistos e vividos nas terras desconhecidas [...]*”<sup>181</sup>. Tal concepção não ficou distanciada dos escritos empreendidos por D. Pedro II no Egito, sendo possível observar, em seus diários, uma forte presença da conjugação entre sentimentos pessoais e ciências:

A aurora — não a de dedos rosados, mas a coroada com todas as pedras preciosas, vem-me acenar adeus das bordas do Nilo e eu saudarei o sol *como o escriba real, chamado Anaoua, contemporâneo do Antigo Império (3-5.000 a.C.)* [...]: “Saúdo a ti quando te elevas sobre a montanha solar sob a forma de Ra e quando tu declinas sob a forma de Ma! Tu percorres os céus e os homens te contemplam e se voltam

<sup>179</sup> SALGUEIRO, V. *Op. Cit.*, p. 301.

<sup>180</sup> *Idem.*

<sup>181</sup> PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 60.

em tua direção escondendo os rostos! Assim poderei acompanhar tua majestade quando tu te desdobras na manhã de cada dia.”<sup>182</sup>

Ainda, para Pires, os diários do imperador não podem ser considerados como uma escrita ordinária, mas habilitados como especiais: primeiro, devido à posição de quem escreve, ou seja, não uma pessoa qualquer, mas um imperador, um homem que ocupa uma posição privilegiada na sociedade; segundo, pela crença de que o monarca sabia da importância de seus escritos como documentos históricos<sup>183</sup>. Seriam, portanto, bifrontais: pessoais e públicos, pois nascidos da e sobre a pessoa de D. Pedro II, mas com forte apelo de publicização, uma vez que o monarca sabia que seus diários eram não apenas pessoais, mas passíveis de se tornarem públicos, o que de fato aconteceu após seu falecimento. Tratemos, pois, a respeito dos dois documentos deixados por D. Pedro II sobre seu empreendimento na Terra dos Faraós.

O primeiro diário de viagem foi escrito pelo imperador brasileiro entre os dias 03 e 14 de novembro de 1871 e se refere a uma pequena caderneta de anotações com dimensões de 7,5 cm x 12,5 cm com quarenta páginas escritas a lápis. Tal documento, atualmente, se encontra no acervo do Museu Imperial do Rio de Janeiro; entretanto, foi disponibilizado, pela própria instituição, em forma digitalizada e transcrita, numa coletânea publicada em CD-ROM organizada por Begonha Bediaga e intitulada *Diário do Imperador D. Pedro II*<sup>184</sup>. Neste pequeno diário, D. Pedro II narra, com uma linguagem de fácil compreensão, sua curta estadia no Baixo Egito, seu travamento intelectual com dois distintos egiptólogos do período - Heinrich Karl *Brugsch* e François-Auguste-Ferdinand Mariette -, e suas visitas a localidades relacionadas ao antigo e moderno Egito, tais como Gizé, onde penetrou e escalou a pirâmide de Quéops; Heliópolis, local que avistou e examinou o obelisco de Osirtasen I; Saqqara, onde visitou o Serapeum - necrópole de bois Ápis - e as pirâmides ali construídas; Alexandria, cidade na qual assistiu a uma sessão do Instituto do Egito; e Cairo, centro do moderno Egito. Além de narrar suas passagens entre os monumentos egípcios, o monarca brasileiro percorreu sobre o ambiente geográfico e realizou apontamentos e ajuizamentos sobre o Egito contemporâneo e o homem oriental.

O segundo diário, originalmente em francês, foi escrito entre 11 de dezembro de 1876 e 15 de janeiro de 1877. Entretanto, os escritos se encontram divididos

---

<sup>182</sup>D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Egito, nov./1871, 40 f.* In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. 1 CD-ROM.

<sup>183</sup>PIRES, R. F. *Op. Cit.*, p. 149

<sup>184</sup>*Cf.*: D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

em duas partes, tendo sido a primeira, referente aos dias 11 a 23 de dezembro, publicada, em versão traduzida por Affonso d'Escragnolle Taunay, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1909 sob o título de *Viagem ao Alto Nilo*<sup>185</sup>. De acordo com o tradutor, esta primeira parte foi encontrada na gaveta de uma pequena mesa da casa imperial de São Cristóvão, leiloadada em 1890, e adquirida por um Sr. Rangel. Seu pai, ao saber do achado, rapidamente tirou uma cópia integral do documento, com exceção dos muitos esboços e desenhos realizados pelo imperador. Quanto à parte que o completava, ou seja, os escritos referentes aos dias 24 e dezembro a 06 de janeiro, ninguém sabia onde se encontrava, estando perdido “*talvez entre os inúmeros volumes doados pelo Imperador à Bibliotheca Nacional, ou em mãos de algum herdeiro dos egyptologos que o leram, quiçá perdido para sempre...*”<sup>186</sup> Depois de anos, a complementação do diário foi encontrada, e publicada na coletânea *Diário do Imperador D. Pedro II*, sendo traduzida por pessoas vinculadas ao Museu Imperial do Rio de Janeiro. Nesta coletânea há, ainda, a versão digitalizada e completa em francês; contudo, optamos por utilizar as traduções disponibilizadas na Revista do IHGB e no CD-ROM.

No segundo diário, D. Pedro II registra suas percepções e reflexões sobre o Alto Nilo e suas cidades por meio tanto da escrita quanto da ilustração. Neste percurso, monarca brasileiro visitou cidades modernas e antigas, focando e concedendo uma maior atenção, entretanto, àquelas relacionadas ao passado da Terra dos Faraós. Fizeram parte deste itinerário os seguintes locais: Speos Artemidos, Abydos, Dendera, Luxor, Karnak, Tebas, Gurnah, Durel-Medinah, Medinet Abu, Biban El Moluk, Esneh (Vale dos Reis), Edfu, Kom Ombo, Ilha de Elefantina, Philae, Ilha de Bigeh, e Núbia, incluindo-se Gherf-Husseim e o templo de Abu Simbel; posteriormente, o imperador rumou ao Baixo Egito, visitando a cidade do Cairo. Além dessas localidades, D. Pedro II visitou alguns pequenos povoados que faziam parte de sua rota, tais como Minieh, Belianeh e Siut.

Em ambos os escritos do imperador há uma estrutura comum: a ordenação do descontínuo das memórias sobre o que se viu num contínuo estabelecido diariamente, sendo anotadas suas reflexões e ideias, geralmente, no mesmo dia do acontecido. Além disso, em todo o seu percurso, o monarca brasileiro portou um olhar analítico, que observou, mediu, classificou e realizou ponderações relacionadas tanto ao passado quanto à modernidade egípcia e que, ainda, selecionou o que deveria de sua viagem ser registrado ou não, sendo suas anotações não a realidade, mas uma interpretação do vivido, uma representação com cortes e

---

<sup>185</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). D. Pedro II. Viagem ao Alto Nilo, em 1876. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro**, tomo 72, parte II., p. 219-277, 1909.

<sup>186</sup> TAUNAY A. E. *Op. Cit.*, p. 222.

perdas intencionais. No próximo capítulo, deter-nos-emos na análise destes recortes, construções e ponderações levadas a cabo por D. Pedro II.

### 3. A CONSTRUÇÃO DO ANTIGO E MODERNO EGITO NOS DIÁRIOS DE VIAGEM DE D. PEDRO II

Neste capítulo analisaremos as construções referentes ao passado e à modernidade egípcia na documentação selecionada, compreendendo os diários do imperador como discursos sobre o Egito e, por conseguinte, como uma ferramenta para o repensar da história. Conforme escreveu Nathalia Monseff Junqueira, embaixada em David Harlan e Eni Orlandi, todo o discurso é político, cultural e intencional, sendo uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas e, ainda, uma mediação entre o homem e sua realidade natural e social<sup>187</sup>, consistindo, desta maneira, em uma representação das visões de mundo no qual foi produzido. Os diários, neste sentido, tal como afirmou Pires, “*para aquele que escreve, ele aciona uma memória que nunca é só individual, está sempre na confluência com a memória coletiva [...]; é um mecanismo que trabalha a memória coletiva através da particular*”<sup>188</sup>, estabelecendo por meio da narrativa, de acordo com o crítico literário Luiz Costa Lima, “*uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincidente com ela; que é pois constitutiva de seu objeto*”<sup>189</sup>. Vestígios de um tempo-espaço, estes documentos, entendidos como discursos, são produtos de uma determinada época e existentes em virtude de poderes socialmente vigentes. Assim sendo, os diários guardam no interior de suas páginas não apenas uma série de fatos, psicologias pessoais e descrições, mas permite entrever, por meio das palavras ditas, traços culturais que permeavam aquele que escrevia comportando, além de questões particulares acerca do indivíduo, também de pertencimento a um determinado grupo ou coletividade.<sup>190</sup>

Partindo desta perspectiva, e tendo em vista que toda interpretação é parcial e que o conhecimento histórico é construído pelo pesquisador sob condições específicas – tais como valores, escolhas e experiências -, a metodologia que optamos para a análise do corpus

---

<sup>187</sup> JUNQUEIRA, N. M. *Voyage en Égypte*: As representações do Antigo Egito na narrativa de Gustave Flaubert durante o imperialismo francês do século XIX. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007. p. 28-9.

<sup>188</sup> PIRES, J. R. F. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais*: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881). 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 139.

<sup>189</sup> LIMA, Luiz Costa. “A Narrativa na escrita da História e da Ficção”. In: \_\_\_\_\_. *A Aguarrás do Tempo*: estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989. p. 17.

documental selecionado é a *Análise do Discurso*. Tal aporte metodológico, de acordo com Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, extrapola a *análise do conteúdo*, sendo importante não saber as informações que um texto traz – ou seja, *o que diz* – mas *de que maneira* ele diz<sup>191</sup>. Nosso interesse, aqui, não nos leva à análise do que se encontra oculto nos diários de D. Pedro II, mas em sua exterioridade, em sua superfície, ou seja, nas *palavras que foram ditas*. Para tanto, permearam nossa reflexão, as seguintes questões levantadas ao corpus documental, buscando compreender os sentidos além do conteúdo do texto e que se relacionam diretamente à nossa problemática: Se os diários foram escritos por D. Pedro II, quais seriam os destinatários? Quais os objetivos da escrita? Como é delineado o Egito em seu passado e sua contemporaneidade Egito? De que maneira o Oriente/oriental é construído? É estabelecida alguma relação entre Brasil e Egito?

Levando em considerações tais questões, dividimos o capítulo em três itens centrais. Os dois primeiros itens, que se encontram subdivididos em três eixos cada um, versam sobre as duas viagens de D. Pedro II ao Egito e os principais elementos constitutivos de sua escrita. O último é dedicado à reflexão sobre os escritos do monarca brasileiro e suas vinculações com a construção da identidade nacional brasileira na segunda metade do século XIX.

### 3.1 PERCEPÇÕES DO ANTIGO E DO MODERNO EGITO NA VIAGEM PELO BAIXO NILO – 1871

A excursão ao Egito em 1871 foi breve e, segundo Heitor Lyra, acompanhada de uma correria desenfreada por cidades modernas e antigas, desertos, vales e montes, tendo o imperador brasileiro à frente da pequena e exausta comitiva que o acompanhava<sup>192</sup>. Foi, nesta primeira viagem, que o monarca desenvolveu seus conhecimentos em Egiptologia, ciência esta que estudava antes da chegada à Terra dos Faraós: “*eu pedi a palavra e agradecendo a minha eleição de sócio, disse algumas palavras para mostras que conhecia já um pouco o*

<sup>191</sup> DISCURSO. In: SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.101-104.

<sup>192</sup> As palavras de Nogueira Gama, de acordo com Heitor Lyra, expressam esta fadiga e esgotamento por cansaço da comitiva: “Percorremos todo o Egito desde Alexandria até o Cairo, novo e velho, a Arábia, Mênfis, suas pirâmides e antiquíssimas sepulturas, atolados até os joelhos em montes de arei movediça, e abrasadora, sob aquele clima africano, e imagine-se o que sofremos!” Cf.: LYRA H. **História de D. Pedro II (1825-1891)**. Fastígio (1870-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, v. 2. p. 189.

*Egito na minha pátria e viajei nele com espírito de observação*<sup>193</sup>. Conforme pontuou Lyra, D. Pedro II, estudando e praticando a escrita hieroglífica desde 1856, em sua curta estadia na Terra dos Faraós, esteve em contato com os hieróglifos, com a linguagem copta e também com a mitologia e história egípcia.

Seu diário é, de certa maneira, a representação, em forma escrita, daquele espírito investigativo e pautado no ato de observar. Permeados por fragmentos de memórias elaborados por um olhar analítico e atento, seus escritos, entretanto, se mesclam com passagens sentimentais que expressavam afetuosidade destinada a uma pessoa em específico, que mantinha vínculos de amizade com o imperador: “*Adeus, cara amiga! Nada me interessa completamente longe de Você! Adeus!*”<sup>194</sup>. Supomos que a destinatária seja a Condessa de Barral, devido à grande aproximação existente entre os dois, além da ampla correspondência e comunicação que travavam entre si mediante cartas e telegramas. Sabemos, ainda, conforme ressaltou João Ferreira Pires, que D. Pedro II enviava partes de seus diários a amigos e entes queridos sendo, portanto, escritos não íntimos, passíveis de se tornarem conhecidos. Assim sendo, numa confluência entre o individual e o público, se sobressaía, no seu diário, esta segunda instância. A prática do envio de diários para outras pessoas, no século XIX, segundo o estudioso, não era uma prática incomum, pois a tradição do diarismo apenas se tornou um objeto de intimidade a partir da segunda metade do século XIX na Europa e se difundiu, principalmente, no século XX<sup>195</sup>.

Este relato de viagem do monarca, conforme versou Giselle Marques Camara, nos mostra uma Egíptologia ainda incipiente, não pelo motivo de haver pouca produção de saberes sobre o antigo Egito, mas porque o conhecimento apresentado em seus escritos era correspondentes à fase primordial da ciência egíptológica na primeira metade do século XIX<sup>196</sup>. Mesmo tendo sido a escrita decifrada já na década de 1820, ainda não haviam sido estabelecidos métodos de pesquisa para a emergente disciplina, estando ainda muito do conhecimento sobre o passado egípcio calcado em passagens bíblicas e em obras produzidas por homens da antiguidade, como Heródoto, Diodoro da Sicília, Plutarco, Estrabão e Cícero<sup>197</sup>, situação esta preponderante até 1850. A partir de então, segundo Camara, ocorreu

<sup>193</sup> D. PEDROII. *Egypto – 1871. Egito, nov./1871, 40 f.* In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 13. 1 CD-ROM.

<sup>194</sup> *Idem.*

<sup>195</sup> PIRES, J. R. F. *Op. Cit.*, p. 140-141.

<sup>196</sup><sup>196</sup> CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador? Ele não se parece nada com reis**”: Algumas considerações sobre o intelectual Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 87.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 86.

um maior desenvolvimento nos estudos linguísticos e na tradução de importantes textos egípcios. Voltemos, entretanto, ao diário.

No correr do dia-a-dia da viagem, D. Pedro II, em momentos de pausa ou no fim do dia, tinha o intuito de “*escrever tudo o que visse nesta região de tão singular*”<sup>198</sup>. Neste sentido, tiveram espaço em sua narrativa, que foi separada pelo próprio escritor entre o que era importante ou secundário, os sentimentos causados pelo ambiente como um todo, breves descrições climático-geográficas e, ainda, ponderações sobre a antiguidade e modernidade egípcia. Três aspectos, entretanto, se sobressaem: o esplendor do antigo Egito, as reflexões sobre a contemporaneidade do país, e as descrições e classificações do oriental. Trataremos, a seguir, de cada aspecto em específico.

### 3.1.1 D. Pedro II e o esplendor pelo antigo Egito

D. Pedro II, em seu diário, pode ser percebido como um homem fascinado pelo passado egípcio. As antiguidades egípcias recém encontradas são, para o monarca, objetos de um grande grau de perfeição e tesouros de considerável riqueza:

Este dia também foi notável pela visita do Museu de antigüidades de Bulak. Mr. Mariette tudo explicou-me e fiquei maravilhado do grau de perfeição da escultura entre os Egípcios, 4.000 anos antes de J. C. [...] As estátuas de Chafra (o Cefreu da 2ª pirâmide) de pedra preta e de um pastor feita de madeira, o qual parece andar apoiado num pau, são admiráveis.<sup>199</sup>

Não só as estátuas impressionaram o imperador brasileiro. Ao visitar as pirâmides de Gisé, no dia 4 de novembro de 1871, Pedro de Alcântara narra o percurso até a chegada ao local, coberto por alamedas de acácias, e a imponência e grandiosidade destes monumentos que, segundo ele, “*parecem pequenos até chegar a eles e só se faz idéia da altura da grande pirâmide quando se observam os que por ela trepam e vão-se tornando cada [vez] mais pigmeus*”<sup>200</sup>. As pirâmides eram, aos olhos do imperador, veneráveis construções arquitetônicas. Entre a admirável vista coberta por tamareiras e as acácias que se alastravam

<sup>198</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

<sup>199</sup> *Idem.*

<sup>200</sup> *Idem.*

até o Cairo, “*tudo domina pela majestade secular do monumento, que aliás um homem pisava...[...]*”.

O toque dos pés do monarca não se limitou às areias do deserto ou à entrada das grandes pirâmides. D. Pedro II, além de adentrar nas câmaras da pirâmide de Quéops, escalou até o seu cume, sendo um dos três únicos imperadores que realizaram tal façanha: “*disseram-me que só três imperadores galgaram a pirâmide: o nosso amigo íntimo o atual da Áustria [Francisco José I] e o Romano Adriano*”<sup>201</sup>. D. Pedro II, assim sendo, estabelece um vínculo não apenas com um monarca europeu de sua época, mas ainda com o governante de um grande império da antiguidade. Ao mesmo tempo, deixou registrado seu nome, marcado a lápis, tanto no interior da construção egípcia quanto em seu exterior, num dos blocos que o compunha. Esta prática de inscrever nomes pessoais em monumentos egípcios era, conforme ressaltou Nathalia Monseff Junqueira, a sinalização de uma relação de posse do passado egípcio por parte do viajante europeu, significando que o monumento, de certa maneira, pertencia ao Ocidente, podendo ser retirado de seu contexto e transportado para alguma cidade europeia ou agregado a algum acervo museológico<sup>202</sup>. O ato de D. Pedro II, neste sentido, sugere que o mesmo, sendo um homem ocidental e conectado à Europa por suas origens e, principalmente, por sua intelectualidade, estivesse se apropriando do passado egípcio e estabelecendo, por sua posição de imperador brasileiro, uma conexão entre Brasil imperial e Egito antigo.

Atento às recentes descobertas nas proximidades da região do Cairo e de Alexandria, o monarca fez questão de visita-las, mostrando-se interessado e maravilhado pelo passado egípcio. Um caso interessante é a sua passagem pelo Serapeum, um complexo composto de capelas, pequenos templos e, principalmente, uma necrópole de bois Ápis, localizado na região de Saqqara e na antiga cidade de Mênfis, uma das mais populosas e célebres do Egito antigo:

Por último entrei na carneira do Serapeum, a mais importante das descobertas de Mariette. São longas galerias cavadas na rocha e 64 câmaras de que só 24 contém túmulos dos bois Apis. Estes túmulos são gigantescos e pesam 65.000 quilogramas. Dentro de um deles bebi à saúde de Mariette em honra de sua descoberta. Podiam estar bem 10 pessoas à mesa, porém só eu, Mariette, Brugsch e Bom Retiro aí entramos. Acharam-se preciosidades arqueológicas dentro desses túmulos [...]<sup>203</sup>

<sup>201</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

<sup>202</sup> JUNQUEIRA, N. M. *Voyage en Égypte... Op. Cit.*, p. 77.

<sup>203</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

Percebemos, aqui, a concessão de um lugar especial, na narrativa de D. Pedro II, ao *thôma* ou, conforme definiu François Hartog, ao deslumbre, à maravilha, por meio de medidas, pesos e descrições detalhadas estabelecidas pelo olhar do viajante<sup>204</sup>, sendo o passado egípcio novamente delineado, no diário do imperador, como circunscrito por grandes monumentos, repleto de tesouros e portador, em seus resquícios arqueológicos, de preciosidades.

### 3.1.2 Construções e reflexões sobre o moderno Egito

O moderno Egito, nos escritos de 1871, é caracterizado de duas maneiras: por suas cidades e por suas particularidades relacionadas a questões climáticas, geográficas e paisagísticas. Juntamente com o esplendor dos monumentos e da arte egípcia se encontram as admiráveis visões e panoramas proporcionados pela natureza, pelas belas noites e pelos lindíssimos crepúsculos. Conforme narra o próprio imperador, no dia 9 de novembro de 1871, data na qual visitou as pedreiras de Mokattam,

As pirâmides de Ghizet, na margem oposta e iluminadas pelo[s] raios de sol, atravessando pouco espesso nevoeiro apresentavam uma cor opalina lindíssima. [...] Na volta da barragem [do Nilo] ainda admirei os belos efeitos de luz sobre as margens verdes do rio e os edifícios do Cairo, ao lado de Mokattam. Foi um cenário novo para mim e um dos mais lindos.<sup>205</sup>

Em oposição à natureza e suas cores se encontravam, entretanto, as cidades modernas. Em relação ao Cairo, as partes da cidade que ainda não haviam sido europeizadas, segundo D. Pedro II, possuíam ruas similares a formigueiros e exalavam fétidos odores, sendo definidas, em poucas palavras, de *corredores imundos*<sup>206</sup>. Para o monarca, “*assim é quase*

<sup>204</sup> Cf.: HARTOG, F. HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaios sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

<sup>205</sup> D. PEDRO II. Egípcio – 1871. *Op. Cit.*

<sup>206</sup> De acordo com Giselle Marques Camara, a constante influência inglesa no Egito a partir da segunda metade do século XIX e a posterior colonização no final do mesmo século tornaram, de maneira crescente, as excursões ao território mais viáveis. Assim sendo, se antes o Egito era transportado à Europa através de obras literárias, acervos museológicos e obras científicas, já em meados do período oitocentista a Europa era levada à terra dos Faraós que, com a grande quantidade de estrangeiros e viajantes viu ser introduzida, principalmente no Cairo e

*tudo no Egito, que engatinha na estrada da civilização!*”<sup>207</sup>: não havia como ultrapassar pontes com correntes fluviais, pois a passagem era estreita demais, ocasionando a virada e o naufrágio de muitas embarcações; os edifícios recentes, que imitavam estilos europeus, não passavam de construções feias; e a instrução pública era atrasada. Entretanto, em meio a tantos problemas apontados pelo imperador, “*há ainda aí bastante divertimento para os civilizados. Os teatros da ópera e francês são bons, o hipódromo é grande e também existe um circo de cavalinhos [...]*”<sup>208</sup>. As cidades do Egito contemporâneo são, neste sentido, um contraponto para a territorialidade ocidental, incluindo-se o Brasil que, como observamos no capítulo anterior por meio dos estudos de Manoel Luiz Salgado Guimarães e José Carlos Reis, buscava definir-se como um torrão herdeiro e continuador da civilização europeia nos trópicos.

### 3.1.3 Descrições e classificações do outro: o oriental

Longas páginas do diário de D. Pedro II são destinadas à reflexão sobre a sociedade oriental contemporânea, principalmente na segunda parte de seus escritos, referente àquilo que havia considerado secundário, diante do esplendor do Egito antigo, ou que havia se esquecido de mencionar anteriormente.

Os egípcios em sua maioria eram, aos olhos do imperador brasileiro, um povo que lhe parecia “*uma nova espécie cínica em todo o sentido [...]*”<sup>209</sup>. No campo intelectual, os versos que lhe foram enviados por um poeta árabe se limitavam a poucas frases de conteúdos essencialmente banais; outro escritor utilizava palavras “*rimando de enfiada*”. Para ser santo no Egito não era muito complicado: bastava viver como Diógenes para receber esmolas e tudo o que oferecia a roda de devotos. Ainda, “*quem fuma haschisch e diz muitas asneiras, durante a bebedeira, também mostra propensão para a santidade destes muçulmanos. Há três espécies de haschisch. [...] Uma destas espécies faz rir [...], a outra inspira idéias lúbricas e a terceira fantásticas*”<sup>210</sup>.

---

em Alexandria, uma nova classe urbana pautada em estilos e gostos europeus. CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador?...**” *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>207</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

<sup>208</sup> *Idem.*

<sup>209</sup> *Idem.*

<sup>210</sup> *Idem.*

Ao visitar uma pequena praça na cidade do Cairo juntamente ao egiptólogo Brugsch, “*chega-se um velho que parecia respeitável levanta a capa e faz de cócoras, no meio da praça, lembrando um trecho de Heródoto, o que o pai da História diz que as egípcias faziam de pé. A mais estúpida superstição completa o quadro*”<sup>211</sup>. Se o modelo arquitetônico árabe das mesquitas é percebido, pelo monarca, como admirável, o mesmo não pode ser dito daqueles que as frequentavam. Na mesquita de Azhar, localizada na cidade do Cairo, e chamada também, segundo D. Pedro II, universidade, maometanos de diferentes regiões liam, escreviam e interpretavam o Corão assentados no chão ou de cócoras, de acordo com suas tribos ou nações; entretanto, o monarca desconfiava que antes cochilassem ou dormissem do que estudassem, sendo este o local que gozava uma grande fama de centro da sapiência oriental.

A posição da categoria social referente ao “*belo sexo*” feminino era, para o imperador, de desprezo na sociedade oriental. As dançarinas egípcias “*trajando vestidos, que deixavam ver-lhes a camisa na cintura, tremiam como chocalhos, ora requebrando-se sem graça, ora pondo-se de cócoras para logo se levantarem, - e isto ainda era bom – ao som de instrumentos iguaes aos dos negros buças*”<sup>212</sup>; suas predarias, fossem verdadeiras ou falsas, brilhava em péssimo gosto e quanto mais se tocava em suas cinturas, mais chocalhavam. A dança masculina não era, na percepção do imperador, muito diferente: “*Na câmara onde se acha o sarcophago de Chufu também fiz gravar meu nome e os árabes dançaram lembrando-me pelos movimentos e toada do canto a dança dos botocudos do Rio Doce.*”<sup>213</sup>.

D. Pedro II assim sendo, estabelece uma relação entre os indígenas brasileiros, os negros boçais - africanos recém-chegados de seu antigo continente e alheios à linguagem local -, e os egípcios, inserindo-os, por meio de analogias, a um mesmo patamar racial de inferioridade perante o homem branco, civilizado e ocidental. Os orientais modernos, portanto, são traduzidos e classificados pelo olhar analítico do monarca brasileiro, por meio da alteridade, como uma população que era o inverso e o anti-próprio do perfil europeu/ocidental e que em pouco tinha a ver com os habitantes do antigo Egito: “*poucas caras vi eu no Egito parecidas com as dos monumentos*”<sup>214</sup>.

Neste cenário de inferioridade, de acordo com Giselle Marques Camara embasada na análise do discurso orientalista desenvolvida por Edward Said, a autoridade europeia funcionava como uma forma de autoridade paternal: tendo a Europa já cumprido o processo

<sup>211</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

<sup>212</sup> *Idem.*

<sup>213</sup> *Idem.*

<sup>214</sup> *Idem.*

evolutivo e atingido a fase madura da humanidade, ou seja, o auge da civilização, seus representantes eram capazes de observar, opinar, classificar e intervir no desenvolvimento do país, que ainda se encontrava engatinhando paulatinamente rumo à civilização. Esta autoridade paternal, como percebido nas anotações de D. Pedro II, era estabelecida também por meio do vínculo existente entre alguns muçulmanos e a instrução europeia:

O ministro dos Negócios Estrangeiros Nurbar-Pachá [...] pareceu-me muito inteligente, porém servilíssimo, falando bem francês, gostando eu muito de seu sobrinho Akel-Bey, que formou-se em Leipsig, tem maneiras distintíssimas e, segundo dizem-me, não é estimado do Khedive, por causa de suas opiniões verdadeiramente europeias e civilizadoras.<sup>215</sup>

O próprio governante egípcio foi apontado, pelo monarca, como um homem inteligente, mas que “*por seus hábitos de sibarita nunca será verdadeiramente reformador*”<sup>216</sup>, hábitos estes ocasionados pelos deleites do Oriente. A inteligência e as maneiras distintas de poucos egípcios – pois eram, para D. Pedro II, coisas raras no Egito - parecem ser delineadas no diário através do vínculo com homens ocidentais e, sobretudo, europeus. Desta maneira, como apontou Edward Said, “[...] *o que dava ao mundo dos orientais sua inteligibilidade e identidade não era o resultado de seus próprios esforços, mas antes toda a complexa série de manipulações sagazes pelas quais o Oriente era identificado ao Ocidente*”.<sup>217</sup> Era, em suma, o Ocidente que, pautado no discurso orientalista, “*conhece e sabe o que é bom para eles mais e melhor do que poderiam possivelmente saber eles próprios*”<sup>218</sup>.

### 3.2 VIAGEM AO ALTO EGITO: A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO EGÍPCIO

A segunda viagem de D. Pedro II ao Egito, diferente da anterior, abrangeu, como já visto no capítulo anterior, todo o vasto território conhecido por Alto Egito, e nos mostrou, conforme Camara, a figura de um viajante que havia aprofundado, no curto espaço de tempo

<sup>215</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

<sup>216</sup> *Idem.*

<sup>217</sup> SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 73.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p. 66.

entre as duas estadias na terra dos faraós, seus conhecimentos em Egiptologia, fosse através de estudos que vinham sendo produzidos sobre o passado egípcio ou de contatos com seus amigos egiptólogos<sup>219</sup>. Esta última ida ao Egito, como sugere a estudiosa, pode ainda ser caracterizada de expedição investigativa e de reconhecimento, pois o imperador brasileiro não apenas visitou cidades, templos e necrópoles antigas com um olhar despreocupado, mas preocupado em traduzir para palavras tudo o que lhe estava ao alcance dos olhos, realizando apontamentos, descrições, traduções de textos e até mesmo discussões de teor científico sobre o antigo Egito.

Seu segundo diário, caracterizado por uma linguagem polida e rebuscada, D. Pedro II se concentra no passado egípcio, traçando de maneira limitada alguns comentários sobre a modernidade do território. Construindo um passado para a territorialidade através da confluência entre o que se leu, viu e ouviu, o imperador estabelece, neste sentido, um diálogo constante com autores clássicos que se dedicaram à sociedade egípcia – tais como Heródoto, Diodoro e Estrabão – e com obras produzidas por homens modernos – como, por exemplo, Champollion e Brugsch –, traçando uma história de aspectos míticos, religiosos, políticos e culturais por meio de monumentos e interpretações de registros parietais. Levando em consideração tal caráter, supomos que um dos objetivos da escrita fosse a possível publicação de seus registros junto a outros textos pertinentes ao antigo Egito ou conservação do patrimônio material.

Como destinatários, conjecturamos que fossem membros do Instituto Egípcio ou, também, homens de ciência e pessoas interessadas e que tivessem algum conhecimento em Egiptologia, devido à escrita original ser em francês e, principalmente, à sua forma analítica e descritiva tanto da geografia, dos descobrimentos arqueológicos, dos baixos relevos e hieróglifos, quanto dos locais que percorreu durante sua longa viagem pelo rio Nilo, tendo como aporte desta tradução do Egito aos prováveis leitores uma linguagem marcada pela meticulosidade e por vocábulos científicos.

Nas duas partes que compõem o diário do imperador, três temáticas se sobressaíram: descrições de paisagens e de locais atuais; conhecimento dos estudos que estava sendo desenvolvidos e diálogo com historiadores clássicos; e preservação patrimonial/da memória. Analisemos, a seguir, cada um destes itens.

---

<sup>219</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 87.

### 3.2.1 O olhar do viajante Pedro de Alcântara diante da natureza e de vilarejos modernos

Um dos olhares de D. Pedro II, neste diário, é o olhar voltado, assim como percebido nos escritos anteriores, às exuberâncias paisagísticas e cores proporcionadas pelo alvorecer e anoitecer, não sendo somente os monumentos que instigavam a atenção do viajante. Diante do deserto e das margens do rio Nilo, não havia, para o monarca, “*pôr do sol em que os matizes não sejam diferentes e sempre encantadores*”<sup>220</sup>, noites onde as estrelas não brilhassem como diamantes, ou crepúsculos sem matizes e tonalidades. O verdejar das planícies em determinados locais também o fascinavam:

Do alto de Kom-es-sul-tan estende-se a vista sobre dilatada planície de um verde avelludado, com ligeira cercadura de brumas, limitada pelos tons marcados da cadeia lybica. O céu, onde já transparecia o brilho das estrelas, encantava-me de tal modo que quasi me esqueci da distancia que nos separava do navio.<sup>221</sup>

Além das observações voltadas ao belo panorama natural egípcio e seus contrastas com a severidade da paisagem desértica que beiravam certas vezes, a um tom poético inspirado pelo esplendor proporcionado pelos cenários, havia também, às vezes, comentários de cunhos científicos: “*Parti para [...] Assuan (Syene dos gregos e Souân em hieróglifos) lat. 24° 5' 23'', mais setentrional 37' 23'' que o Trópico de Câncer que deve ter sido de 15' 58'' à época de Eratóstenes, cerca de 230 a.C., devido a obliquidade da eclíptica erastotênica*”<sup>222</sup>.

Rigoroso observante, D. Pedro II não deixaria de olhar e escrever sobre aspectos referentes à modernidade. Embora com menos ênfase que no diário anterior, ele tece comentários em relação aos locais que visitou, ressaltando, dentre as várias passagens, sua ida a Minieh, pequena cidade que possuía um dos engenhos de açúcar do Quêdiva, “*grande usina provida de aparelhos Derosnes e Cail, e produzindo annualmente cinqüenta mil quintais de açúcar e quatrocentos mil litros de álcool a 40 graus*”, ou ainda suas anotações sobre a linha ferroviária que estava sendo construída entre Hanskaiah e Kartoum: “*Em quatro anos a estrada chegará a Chendi, numa extensão de 9.000km, devendo em novembro deste ano, com a extensão de 100km, alcançar a província de Sakout. Deve atingir Kartoum que está a quase*

---

<sup>220</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). D. Pedro II. Viagem ao Alto Nilo, em 1876. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro**, tomo 72, parte II, 1909. p. 232.

<sup>221</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>222</sup> D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 20. 1 CD-ROM.

200 km de distância de Chendi”.<sup>223</sup> . Sua atenção, destarte, como a de um homem e intelectual ilustrado que acreditava no papel transformador da ciência, estava também voltada para os avanços materiais e tecnológicos do Egito, territorialidade que estava, aos olhos do monarca, engatinhando em direção à civilização e progresso. Seus comentários abrangeram ainda algumas outras cidades contemporâneas: Siut, um povoamento *não muito sujo*; Akhmin, uma aldeia que gozava de má reputação em todos os sentidos e que tinha como alcunha Um el Bacaur – mãe de todas as desgraças; Bellianeh, cidade repleta de pombais sobre as casas; e Rédésich, povoado

onde reside um dos chefes do Abadeh, tribo nômade que acampa entre o alto Nilo e o Mar Vermelho. São chamados de árabes, mas só as atitudes e os hábitos justificam tal nome, porque eles têm o mesmo sangue dos Bichusé da Núbia oriental, os antigos Herouscha invasores de que falam as inscrições em El-Kab, que mandaram construir uma fortaleza cujas ruínas em tijolos crus ainda são avistadas e que remonta provavelmente à X dinastia ou mesmo anterior à esta.<sup>224</sup>

Neste pequeno fragmento, é possível visualizar que a população atual, mesmo possuindo uma linhagem que remonta à antiguidade, se encontrava decaída devido a costumes e atitudes árabes. O Oriente e o homem oriental é, novamente, observado pelo viajante Pedro de Alcântara, não como ele realmente era, mas como o homem ocidental o via e o representava: sob uma relação de poder do Ocidente em relação ao Oriente, o mundo oriental era descrito e classificado, conforme Edward Said, num quadro vivo de estranheza, servindo de contraposição e contraste aos hábitos das nações europeias<sup>225</sup>. Desta forma, os egípcios modernos foram, de acordo com Giselle Marques Camara, encarados como uma população desprovida de racionalidade, possuidor de hábitos depravados, sentimentos exagerados, incapacidade de raciocínios lógicos e atitudes dissimuladas<sup>226</sup>; em posição antagônica a estas classificações e ponderações, encontravam-se tanto os europeus quanto os americanos que trilhavam – ou já haviam trilhado – caminhos rumo ao progresso técnico e científico e, em consequência, à civilização ocidental.

<sup>223</sup> D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 21. 1 CD-ROM.

<sup>224</sup> D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 21. 1 CD-ROM.

<sup>225</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, p. 132.

<sup>226</sup> CAMARA, G. M. “**Então é esse o Imperador?...** *Op. Cit.*, p. 93.

### 3.2.2 D. Pedro II e o antigo Egito

O antigo Egito é delineado pelo imperador brasileiro, como já afirmamos acima, por meio parelha ler e ver. Assim sendo, o passado é construído tendo como fontes de referência, mesmo com a egiptologia já contando com um corpo sistematizado de conhecimento - oriundo das traduções linguísticas e descobertas de cidades, templos e monumentos -, os legados da antiguidade, ou seja, a história bíblica e os registros de escritores clássicos:

O Egito, diz Heródoto, é um presente do Nilo, que vejo carregar turvas águas sedimentosas vivificadoras da vegetação, adorno das margens<sup>227</sup>

Diodoro aponta este recinto como o mais antigo dos quatro templos de Thebas. Faltam-me livros para poder fazer um diário menos defeituoso; apesar de tudo preciso de bastante tempo para coordenar estas lembranças.<sup>228</sup>

Parto hoje para Esneh --, antes, porém, devo falar dos túmulos reais. O vale que lá vai ter é de uma aridez absoluta, verdadeiro caminho de mortos cujo comprimento, a partir do Nilo, regula seis quilômetros [...]; o número dos túmulos é de vinte e cinco. Estrabão fala de quarenta mas, embora supondo que nesse cômputo não se incluam as sepulturas das rainhas, é preciso notar que os primeiros reis da XVIIIª dinastia não se acham em Biban el Moluk.<sup>229</sup>

Três reis compõem a XXV dinastia proveniente da Etiópia ou Couch, como também é conhecida a região. Tahrarka, o último desses reis, promoveu expedições assim como os Tutmés e os Ramsés. A Bíblia cita com frequência a região de Couch. Jeremias diz “Pode o etíope mudar sua cor?” e Isaías fala de seus habitantes como homens de grande estatura. O casamento de Moisés com uma couchita [sic] foi motivo de murmúrios da parte de Aarão e Míriam.<sup>230</sup>

O conhecimento sobre o Oriente mostrado por D. Pedro II, deste modo, provinha dos estudos e aplicações de textos clássicos e bíblicos ao que se observava. Além disso, a presença destes elementos, segundo Camara, contribuía para os intelectuais modernos conferirem um lugar e um peso ao passado egípcio na “História da Humanidade”<sup>231</sup>. Ora, conforme afirmou Jean-Baptiste-Joseph Fourier, secretário do Instituto do Egito, no prefácio da *Description de l'Égypte*,

<sup>227</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). *Op. Cit.*, p. 223

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 249.

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 263.

<sup>230</sup> D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 21. 1 CD-ROM.

<sup>231</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 95.

Situado entre a África e a Ásia, e comunicando-se facilmente com a Europa, o Egito ocupa o centro do antigo continente. [...] Homero, Licurgo, Sólon, Pitágoras e Platão todos foram ao Egito para estudar as ciências, a religião e as leis. Alexandre fundou ali uma opulenta cidade, que por muito tempo desfrutou de uma supremacia comercial, e que testemunhou Pompeu, César, Marco Antônio e Augusto decidindo entre si o destino de Roma e do mundo inteiro.<sup>232</sup>

O Egito, desta maneira, se encontrava repleto de significação para o Ocidente, havendo não somente abrigado eventos marcantes do passado ocidental, mas ainda transferido saberes à Europa. Outras referências utilizadas pelo monarca na elaboração de um passado ao Egito são as obras científicas produzidas por homens de seu tempo. Em algumas reflexões, o vemos dialogando com os escritos de Champollion, tal como ao escrever sobre o as galerias cobertas de representações parietais coloridas num dos pátios do templo de Ramsés III, localizado em Medinet-Abu: “*Nessas galerias há também cenas de batalha. [...] Nas Cartas escritas do Egito de Champollion, encontra-se a descrição – que verifiquei in loco – de um desses quadros, em que se pinta a saída do rei para adorar Hórus*”<sup>233</sup>. D. Pedro II, ainda, além de indicar a gramática egípcia de Brugsch, que havia sido de grande utilidade, recomendava a obra de Gaston Maspero *História dos povos antigos* como bem feita e elaborada.

Podemos afirmar, neste sentido, que uma das facetas do conhecimento sobre o Egito do monarca era a percepção de um Oriente como fora codificado, inicialmente pelos textos remanescentes da antiguidade e, posteriormente, pelos estudos sistemáticos produzidos por especialistas e eruditos orientalistas. Entretanto, entre a prática de ler e a de olhar, a que exerce maior importância em sua narrativa é a segunda. É, por meio da visão que D. Pedro II delineia, de maneira mais intensa e significativa, o antigo Egito. Cidades recém-descobertas ou escavadas, necrópoles, templos e variados monumentos fizeram parte do itinerário do monarca, que os traduziu com medidas, detalhamentos e descrições pormenorizadas de suas estruturas físicas e estéticas, sendo, portanto, através destes resquícios monumentais do passado que é construída uma história para o Egito de outrora, como podemos visualizar nos trechos a seguir:

Daí fui ver o templo de Set [...], chamado Memnoniano – de Memnon, monumento em egípcio, – por Estrabão. É um dos mais belos que tenho visto. Após vasto pátio onde muito há ainda que desentulhar, no perímetro e mesmo em frente a uma fileira de pilastras – pátio precedido por degraus e por uma espécie de escadaria com

<sup>232</sup> FOURIER, J. B. J. apud SAID, E. *Op. Cit.*, p. 128-129.

<sup>233</sup> Grifos Originais. D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 20. 1 CD-ROM.

<sup>233</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, p. 132.

colunata – entra-se pelo intervalo de duas pilastras para o centro de segunda fileira cujos espaçamentos estão tomados por um pórtico – no sentido da largura do templo – com doze colunas de cada lado, estilo egípcio

. Atravessa-se segundo renque de pilastras, segundo pórtico idêntico ao primeiro, nova fiada de doze colunas como a dos pórticos e afinal se chega a sete quartos cuja entrada está ao lado das colunas. [...] Em todos os quartos há baixos-relevos muito bem acabados.[...] À esquerda [...] há um corredor, onde na parede da direita foi achada uma tábua de reis mais completa do que a do Museu Britânico.

Ali se vêem as imagens de Set e de seu filho Ramsés, ainda menino, com os cabelos anelados, contemplando os cartuchos de todos esses soberanos desde Menés até Set. Segundo as idéias modernas dir-se-ia que o pai dava ao filho uma lição de história.<sup>234</sup>

Às duas, desembarcamos em Denderah [...] O templo é notável pelo estado de conservação e informações coligidas do seu exame, acerca do culto e dos mitos egípcios. A principal deusa é Hator, Afrodite dos gregos e a Vênus dos romanos. Consideravam-na, sobretudo, como pupila do sol, colocando os egípcios a beleza, sobretudo nos olhos. Simbolizava ela, também, a harmonia geral do mundo, e um dos atributos que mais se lhe nota no templo é o que diz respeito ao rejuvenescimento, ao desabrochamento e à ressurreição. O rei, fundador do templo, representam-no oferecendo a Hator uma estatueta da Verdade. Essa deusa também se transforma em Íris que se prende a Osíris, o qual, segundo Plutarco, simboliza o princípio do bem, encarnando Hator, deusa da harmonia e do amor, e da verdade. Penetra-se em um vestíbulo de vinte e quatro colunas de estilo egípcio que, pelas dimensões, produzem real sensação. No teto se destaca, a grande altura, um zodíaco, que difere do que se acha em Paris ocupando uma das celas sobre o terraço do alto do templo. [...] Entra-se, depois, em um segundo compartimento do edifício, com seis colunas no meio e três de cada lado, e duas portas para o norte e para o sul, para onde eram introduzidas as oferendas do Baixo e do Alto Egito.<sup>235</sup>

Além da constituição de um passado, por parte de D. Pedro II, por meio da monumentalidade, tais descrições poderiam ainda estar associadas, conforme apontou Nathalia Monseff Junqueira em relação aos escritos sobre o Egito realizados por Gustave Flaubert, ao pensamento orientalista do período, que procurava encontrar monumentos construídos por antigas sociedades orientais que indicariam seus níveis de desenvolvimento e apogeu<sup>236</sup>. O que importa ressaltar, entretanto, é que o Antigo Egito é também traçado, neste diário, por meio do *thôma*, sendo apresentado aos possíveis leitores como esplendoroso, constituído de excessivas e magnânimas belezas. Assim, por meio de tomadas de medida e anotações descritivas, o olhar do viajante brasileiro opera como aquele que seleciona e estabelece o que é admirável, extraordinário e de estima. Não é à toa que “os *monumento do Egypto*”, para o imperador e, em suma, para o intelectual ilustrado, seriam “*em todos os*

<sup>234</sup> D. PEDRO II. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 20. 1 CD-ROM.

<sup>235</sup> *Idem*.

<sup>236</sup> JUNQUEIRA, N. M. *Voyage en Égypte...*, p. 80.

*séculos uma das maiores fontes de prazer para os pensadores*<sup>237</sup>, não deixando todos os vestígios que observou da antiga civilização faraônica impressionar seu espírito saturado de sede por conhecimento.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado envolve seu pensamento no que se refere aos debates intelectuais do período. Suas notas, similares a anotações de campo, expõem suas ideias sobre diversas questões que lhe chamaram a atenção em relação à Egíptologia e supõem que fossem tomadas para possíveis discussões com os membros do Instituto, fosse por encontros ou por correspondências. Neste sentido, D. Pedro II não apenas observava monumentos e registrava o que via ou lia nas paredes que encontrava, mas refletia sobre temáticas, assuntos e controvérsias que permeavam a ciência egiptológica. Num trecho, o monarca observou uma sustentação realizada pelo Dr. Gaillardot sobre a existência de um período pré-histórico egípcio e pareceu estar convencido dela, mesmo acrescentando que Mariette a havia combatido com argumentos que deveriam ser levados em consideração.

### 3.2.3 D. Pedro II e a preocupação com a preservação patrimonial

Além de haverem sido edificadas casas nas proximidades de templos e monumentos, eram flagrantes, para D. Pedro II, os vestígios de vandalismos por parte de viajantes e de descuidos da administração pública: *“o Khediva bem poderia gastar uma parte da somma que prodigaliza com os seus palácios na conservação desses monumentos, tão interessantes para o estudo do Alto Egipto*<sup>238</sup>, sendo de grande importância *“conservar todos esses templos tão curiosos, sobretudo os de Karnak, cujo calcário está corroído pelo salitre. Acho que se devia limpar os baixos-relevos com cuidado porque atualmente o pó, a fuligem e as imundícies quase que os tornam invisíveis”*. Esta preocupação com a preservação do patrimônio material egípcio também foi levada à sessão do Instituto Egípcio de Alexandria em 13 de janeiro de 1877, conforme registrou Nicolas Debanné em conferência sobre o monarca brasileiro no Instituto, *“em que a alma de artista e amigo das sciencias, indignada deante do abandono em que se achavam os monumentos do antigo Egypto, denunciou-nos esse crime de lesa-belleza e de lesa-ciencia, e chamou nossa atenção para o vandalismo dos*

<sup>237</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). *Op. Cit.*, p. 267.

<sup>238</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). *Op. Cit.*, p.242.

*viajantes*<sup>239</sup>, tendo o apoio do imperador surtido efeito e contribuído para que fossem tomadas diversas medidas de conservação dos “*tesouros artísticos e científicos do Egypto dos Pharaós*”<sup>240</sup>. Tal atitude revela, de certa maneira, que a preservação do patrimônio referente ao passado egípcio, que tivera tantas vinculações com o Ocidente, se torna fundamental, de acordo com Giselle Marques Camara, para a criação e o estabelecimento de uma memória que o ligue não apenas afetivamente, mas também geneticamente à tradição ocidental<sup>241</sup>; pode também, conforme sugeriu Nathalia Monseff Junqueira, remeter-nos às questões identitárias durante o século XIX, onde se necessitava de um *outro* com características antagônicas àquelas definidas como ocidentais<sup>242</sup>, servindo a conservação como um meio de se afirmar a identidade nacional não apenas francesa, mas ocidental como um todo.

### 3.3 O EGITO COMO CONTRAPONTO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Constatamos, nos diários de D. Pedro II, a construção, por parte do monarca brasileiro, de não apenas um, mas de dois “Egitos”: um antigo e outro moderno. Embebido por ideias e conhecimentos oriundos do Velho Mundo, fosse por meio de seus estudos ou por suas correspondências com os principais nomes da intelectualidade ou cientificidade de seu período, como pudemos visualizar anteriormente, o monarca brasileiro observou minuciosa e analiticamente a *Terra dos Faraós* como uma territorialidade que havia sido imponente, grandiosa e esplendorosa em um tempo remoto, vivido há mais de quatro mil anos; entretanto, ao contrário do passado digno de ser preservado, estava o Egito moderno, cercado por árabes e muçulmanos corrompidos moral e mentalmente, por cidades mal estruturadas, com construções que eram más cópias das ocidentais e que tinham como ruas imundos corredores<sup>243</sup>. Deste modo, se existia, no Egito, algo de grandioso e onipotente, este se encontrava no – e apenas no – passado, legado à posteridade por meio de seus exuberantes monumentos.

<sup>239</sup> DEBANNÉ, N. D. Pedro II no Egypto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, 1913. p. 123.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> CAMARA, G. M. “Então é esse o Imperador?... *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>242</sup> JUNQUEIRA, N. M. *Voyage en Égypte...*, p. 78.

<sup>243</sup> D. PEDRO II. Egypto – 1871. *Op. Cit.*

O Oriente delineado por D. Pedro II, portanto, não se afastava daquele que fora explorado, descrito, esquematizado, classificado e esclarecido pelos europeus para os ocidentais, onde o mundo oriental tornara-se, aos olhos ocidentais, um quadro de estranheza. Desta maneira, o Oriente que o imperador brasileiro enxerga, como já pontuado acima, nas palavras de Edward Said, “*não um oriente como ele é, mas o Oriente como foi orientalizado*”<sup>244</sup>, ou seja, definido e delimitado pelo e para o Ocidente.

Em um cenário onde, conforme salientou Norbert Elias, o espaço ocidental tinha consciência de sua civilização, da “[...] *superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte [...]*”<sup>245</sup>, apenas se “salvavam”, neste panorama oriental de populações atrasadas e bárbaras definido pelo discurso orientalista, aqueles que tivessem mantido contato com as populações europeias e com os modelos civilizatórios desejados e difundidos, principalmente, pelas potências imperialistas sob o estandarte missão civilizatória. Tendo em vista que, como vimos no segundo capítulo, a Nação Brasileira buscou, especialmente a partir da década de 1840, se definir enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo e continuadora da missão civilizadora empreendida pelos portugueses<sup>246</sup>, D. Pedro II, ao percorrer as terras orientais portava-se, em primeiro lugar, não como um intelectual erudito e ilustrado, mas como um homem ocidental e civilizado, descrevendo, avaliando e caracterizando um mundo até então desconhecido, possuidor de hábitos e modos de vida distintos daqueles que conhecia por civilizados e ligados ao progresso.

O Oriente no diário do imperador, portanto, aparece como um contraponto ao Ocidente e, de certa maneira, ao Brasil, que tinha o intuito de se enquadrar no amplo conjunto das Nações ocidentais. Interessante, neste sentido, é a comparação tecida pelo monarca brasileiro entre índios, negros boçais e orientais, que colocadas em um mesmo patamar civilizacional de inferioridade por meio de analogias, nos permite refletir sobre a construção de uma identidade brasileira pautada, sobretudo, no elemento europeu, branco e colonizador. Assim sendo, os elementos étnicos negro, indígena e oriental, que D. Pedro II enxergava como “*uma [...] espécie cínica em todo o sentido*”<sup>247</sup> e que transitavam segundo a ideologia evolucionista vigente no período, conforme indicou Giselle Marques Camara, entre a

<sup>244</sup> SAID, E. *Op. Cit.*, p. 155.

<sup>245</sup> ELIAS, N. *O processo civilizador*. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 64. Neste livro, o já falecido autor se utilizou do termo “processo civilizatório” para abordar, caracterizar e refletir as estruturas sociais e as mudanças ocorridas nos comportamentos considerados típicos do homem ocidental civilizado no decorrer dos séculos, chegando até no século XX.

<sup>246</sup> GUIMARÃES, M. L. S. **Nação e civilização nos Trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 4-27, 1988. p. 7

<sup>247</sup> D. PEDRO II. *Egypto – 1871. Op. Cit.*

selvageria e a barbárie, eram um contraponto ao que o Brasil Imperial, em acordo com as elites, desejava ser: não uma nação negra ou aborígine, mas branca e de origens europeias, vinculada não só à metrópole portuguesa, mas às Luzes, ao progresso e à civilização, elementos estes trazidos, para aqueles que se debruçaram, no período, na reflexão da história do Brasil, no bojo da colonização portuguesa. O elemento branco, desta maneira, seria, de acordo com Renato Ortiz, aquele que promoveria a nação, diferentemente do negro ou do índio, vistos pelas teorias racialistas da década de 1870 como degenerados<sup>248</sup>.

Podemos sugerir, ainda, a utilização do saber sobre o passado egípcio, por parte de D. Pedro II, para a legitimação, tanto no interior quanto no exterior – tendo em mente que havia grande possibilidade de seu segundo diário ser destinado a egiptólogos e homens das letras e das ciências –, do Brasil enquanto país civilizado e em progresso, governado por um monarca erudito, intelectual e ilustrado. As narrativas do imperador, portanto, contribuiriam para a disseminação daquela imagem buscada para a nação brasileira junto às outras nações ocidentais e imprimiriam, tanto ao soberano quanto ao país, a marca de uma cultura europeia: *“Do alto do pilono adorei a Deus, criador de tudo quanto é belo, voltando-me para as minhas duas pátrias, o Brasil e a França, esta, pátria de minha inteligência e aquele pátria de meu coração”*<sup>249</sup>.

No que concerne ao antigo Egito, o imperador brasileiro parece, no transcorrer de suas narrativas, restaurar a grandeza egípcia de remotos tempos: este passado distante, totalmente desvinculado do presente, que se encontrava, aos olhos de D. Pedro II, dominado por uma população com hábitos incivilizados, não chega a perder seu encanto e majestade. Entretanto, apesar de o país maravilhar o monarca por sua antiguidade e por seus esplendores monumentais, arquitetônicos, estilísticos e artísticos, ele acaba assumindo uma posição de desvalorização em sua contemporaneidade, tornando-se um lugar de peculiaridades contraditórias ao que se ansiava para a nação brasileira. D. Pedro II, considerando a si mesmo e o seu império como ocidental, civilizado e vinculado à Europa tanto em suas origens portuguesas quanto em sua intelectualidade oriunda dos meios franceses, traçou uma oposição entre “nós”, civilizados ocidentais e “eles”, bárbaros orientais, reforçando, desta maneira, a identidade brasileira como intimamente ligada ao âmbito ocidental: oposto do que se buscava para o Brasil Nação, o Egito moderno, em suma, quando contrastado com a cultura ocidental e assemelhado às africana e indígena, atuou como um contraponto para a construção

---

<sup>248</sup> Cf.: ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>249</sup> TAUNAY, A. E. (Org.). *Op. Cit.*, p.248.

identitária nacional e como um meio de fortalecimento do Brasil ao Ocidente branco, civilizado, e que sabia o que era bom para as populações consideradas como inferiores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa pretensão, com o desenvolvimento desta pesquisa, iniciada já no ano de 2009 como bolsista voluntária e financiada pelo programa PIBIC/CNPq, foi refletir sobre a presença do Egito em território brasileiro, tanto em seu passado quanto modernidade, como um dos subsídios para construção e/ou legitimação identitária da emergente nação brasileira sob os auspícios do Império constitucional de D. Pedro II, um monarca intelectual e ilustrado, que era amante das ciências, das letras e do conhecimento. Além disso, almejamos contribuir para a compreensão do imperador brasileiro não apenas como um homem erudito, figura esta sempre em contradição na historiografia brasileira, mas sobretudo como um viajante, que para além de querer ir aos locais conhecidos por meio de leituras e frequentados por homens cultos do período, registrou, de maneira escritural, suas impressões, sentimentos e ponderações sobre o que via.

Não iremos, neste espaço, retomar as análises e as reflexões que realizamos capítulo por capítulo, mas somente atentar para algumas questões que consideremos centrais ao longo de nossa investigação. A primeira é para as relações existentes entre passado e presente por meio de apropriações do primeiro pelo segundo. Neste sentido, os repensares da História Antiga, realizados por estudiosos que se dedicaram à compreensão das conexões entre antiguidade e modernidade, nos permitiram refletir sobre as apropriações e construções de um determinado passado com intuítos políticos e legitimadores. As reflexões de Martin Bernal, neste sentido, foram de essencial importância, pois pudemos perceber que o Brasil, mesmo distante dos centros europeus fisicamente, apropriava-se de um passado longínquo para legitimar-se como uma nação de passado digno e grandioso. Interessante, neste sentido e a título de exemplificação, é a grande procura, por parte de pesquisadores do Brasil oitocentista e membros do IHGB, de pirâmides similares às construídas populações mesoamericanas, e a polêmica questão da pedra de Gávea, onde se acreditava haver inscrições rupestres fenícias, procurando estabelecer uma origem grandiosa para a civilização indígena, que em sua atualidade, encontrava-se em um estado decaído e regredido ao estado de selvageria. Buscava-se, assim sendo, uma vinculação dos indígenas do Brasil, que pretendia ligar-se ao amplo conjunto das nações civilizadas e ocidentais, a um passado remoto relacionado a altas, grandiosas e, nas palavras de von Martius, superiores<sup>250</sup> civilizações<sup>251</sup>.

---

<sup>250</sup> VON MARTIUS, K. F. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 24, 1845. p.388-389.

D. Pedro II, sendo um homem das ciências e do conhecimento, e tendo financiado muitos estudos sobre o Brasil, teria também interesses em legitimar a sua pátria como portadora de um passado longínquo e imponente, vinculado a grandes civilizações pretéritas. Assim sendo, os estudos referentes aos usos do passado no âmbito brasileiro proporcionam uma maneira diversificada de se repensar a História do Brasil, tida pela historiografia brasileira como desvinculada a uma antiguidade clássica ou oriental. Os resultados de nossa monografia, na contramão a estas ideias que até hoje permeiam os estudos nacionais, nos apontou a apropriação não só do passado egípcio por parte de D. Pedro II, mas ainda de um passado clássico: comparando-se a um imperador romano que governou um vasto território na Antiguidade, o monarca brasileiro apresentava-se também como um grande imperador, e acima de tudo, ocidental. O passado antigo se mostra, dessa maneira, não tão alheio ao âmbito brasileiro quanto se pensa.

Os estudos da estudiosa Nathalia Monseff Junqueira, tendo como ponto de partida a análise do discurso realizado por Flaubert sobre o Egito e as suas relações com a identidade nacional francesa foram de grande importância para a abertura de novas perspectivas e possibilidades para a nossa reflexão, pois devido à semelhança estrutural dos escritos de viagem e à própria caracterização do elemento oriental, pudemos perceber que o monarca brasileiro, assim como Flaubert, ao classificar o outro, classificava a si mesmo e ao território que governava, situação esta apontada também por François Hartog em relação aos antigos gregos e Edward Said aos ingleses e franceses.

Outra questão a ser ressaltada é as relações entre textos e contextos de produção. Como ressaltou Junqueira, embasada nos escritos de Antonio Candido e David Harlan, somente poderemos compreender uma obra ou outros escritos analisando e interpretando conjuntamente o texto e o contexto, desempenhando o social um papel na constante nas construções estruturais dos textos; assim sendo, os historiadores devem reconstruir historicamente o mundo mental sob o qual o autor realizou sua escrita, ou seja, as ideologias que o influenciaram no momento em que produziu a obra<sup>251</sup>. Neste sentido, é de relevância lembrarmos a célebre expressão de Marc Bloch, oriunda de um provérbio árabe, à iminência

---

<sup>251</sup> Para mais informações sobre os empreendimentos históricos e arqueológicos em busca de associações do passado indígena com grandes civilizações euroasiáticas, consultar: PRIORE, M.; VENANCIO, R. O Brasil como Nação. In: \_\_\_\_\_. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. p. 170-176; CEZAR, T. A retórica de nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso das origens dos tupis. In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29-41; FERREIRA, L. M. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, p. 9-36, 1999.

<sup>252</sup> JUNQUEIRA, N. M. *Op. Cit.*, p. 26.

de seu fuzilamento: “*Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais*”<sup>253</sup>. Para o notável historiador francês, a História não é desvinculada do presente vivenciado, havendo uma constante relação entre estas duas esferas temporais. Podemos dizer que o mesmo ocorre com o que nos foi legado pelos homens do passado: seus vestígios apresentam, para nós, o momento em que vivenciaram. Deste modo, D. Pedro II, sendo um *filho do seu tempo*, ao refletir sobre o passado e o moderno Egito, não se desvinculou ou deixou passar despercebido ideias e pensamentos que estavam em circulação no período.

Suas percepções em relação ao Egito moderno não se afastavam muito daquelas oriundas do discurso orientalista e da intelectualidade francesa vigente no período que tinha, sobretudo, como intuito e postulado classificar e descrever o Oriente para o Ocidente. Abordado por meio da experiência ocidental e, essencialmente, europeia, o espaço oriental foi observado como um espelho invertido, um inverso do que o Ocidente buscava representar para si mesmo. Em uma nítida oposição entre “nós”, os ocidentais e “eles”, os orientais, o mundo ocidental foi delineado, pelo monarca brasileiro, como aquele que carregava consigo o estandarte da civilização e do progresso. Neste sentido, não só as reflexões de Edward Said são de relevância para a compreensão do discurso de D. Pedro II, mas também as realizadas por Laurent Olivier referente ao desenvolvimento da arqueologia francesa no século XIX: para o estudioso, a identidade cultural, como observamos no primeiro capítulo, era pautada, nos séculos XVI e XVII, nas oposições entre selvagens/civilizados e a partir do século XVIII, entre primitivos/evoluídos material e culturalmente; neste sentido, o outro, sempre associado em estágios inferiores de civilização e progresso, afirmava a identidade francesa como superior. Supomos que D. Pedro II, influenciado pelo pensamento francês, realizasse uma analogia semelhante: para o imperador brasileiro, somente onde houvesse a proeminência da civilização europeia e ocidental, existiria a civilização, sendo os europeus aqueles homens aptos a tutelar e guiar outros povos, classificados como inferiores, selvagens ou primitivos.

Sendo descendente de europeus e querendo vincular seu império à civilização, não seria à toa suas disseminações do Brasil, pelo mundo ocidental, de uma nação atrelada à tecnologia, ao desenvolvimento material, e a outros elementos considerados civilizatórios; também não é à toa suas representações e visões sobre o Egito moderno em um cenário no qual o Brasil Imperial se encontrava delineando uma identidade à nação, que pretendia se vincular ao Ocidente e, fundamentalmente, à Europa, territorialidade esta pautada, para a elite brasileira oitocentista, nas Luzes, na razão, nos avanços e na civilização. Eis o que o Brasil

---

<sup>253</sup>BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 60.

queria ser: nem indígena, nem africano, povos tidos como inferiores, mas branco e ocidental; em suma, um pequeno torrão da Europa nos trópicos.

Esta monografia apontou nos permitiu perceber a figura de D. Pedro II não tão somente como uma figura política, mas como um intelectual e viajante que, mesmo tendo o intuito de percorrer territórios desconhecidos e estranhos como um homem desvinculado de sua principal função no aparelho governamental, afirmava e reforçava a sua própria identidade, como um imperador brasileiro de tradição europeia e, em consequência, a de sua nação. Suas viagens, deste modo, para além de serem descaracterizadas do âmbito político, atrelavam-se, mesmo que indiretamente, a este. Além disso, esta pesquisa nos ajudou a refletir, por meio da presença do antigo e do moderno Egito nas narrativas de viagem do monarca brasileiro, um Brasil Imperial vinculado ao mundo antigo, não só devido aos estudos empreendidos sobre o passado das grandes civilizações, mas pelas próprias viagens do imperador por terras pertencentes a populações pretéritas e consideradas como grandiosas, populações estas vistas com bons olhos ao império brasileiro em um momento de legitimação identitária. Avançando nos estudos de História Antiga no Brasil, nossa pesquisa, assim como aquelas realizadas por Pedro Paulo Funari e Raquel dos Santos Funari em relação à presença egípcia na política brasileira, permite observar que, mesmo nos encontrando distantes geograficamente dos principais polos de pesquisa sobre o passado egípcio, a Antiguidade Clássica e Oriental não se encontra alheia ou impossível às investigações realizadas em âmbito nacional.

## REFERÊNCIAS

### *Corpus Documental*

D. PEDROII. Egypto – 1871. Egito, nov./1871, 40 f. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 13. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 20. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Viagem ao Alto Nilo. Egito, dez./jan.1876-1877. In: BEDIAGA, B. (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II**. Petrópolis: Museu Imperial, 1999, v. 21. 1 CD-ROM.

TAUNAY, A. E. (Org.). D. Pedro II. Viagem ao Alto Nilo, em 1876. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro**, tomo 72, parte II, 1909. p. 232.

### *Bibliografia consultada*

ALDRED, C. **Os egípcios**. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

AVELAR, A. S. Pós-modernismo e os Ataques à História. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano III, n. 6, abr./2008. Disponível em: <[www.foa.org.br/cadernos/edicao/06/40.pdf](http://www.foa.org.br/cadernos/edicao/06/40.pdf)> Acesso em: 03/04/2012.

BAINES, J.; MÁLEK, J. **O mundo egípcio**. Deuses, Templos e Faraós. Madrid: Edições Del Prado, 1996, 2 v.

BAKOS, M. M. **Egiptomania: o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Corpo e egiptomania no Brasil**. Palestra proferida no XII Ciclo Anual de Debates do LHIA, em novembro de 2002.

\_\_\_\_\_. Visões Modernas do Mundo Antigo: A Egiptomania. In: FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. (Org). **História Antiga**: contribuições brasileiras. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2008. p.15-36.

BAKOS, M. M.; JESUS, A. P. A. L. ; COSTA, K. L.. Ibero-américa Egípcia. In: **História**: Questões e debates. Curitiba: Editora UFPR, 1999, ano 25, nº 48/49.

BARROS, J. A. A Escola dos Annales e a Crítica ao historicismo e positivismo. **Revista Territórios e Fronteiras**, Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 75-102, jan./jun. 2010.

BARROS, J. A. Escolas históricas – Discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: a “ Escola Histórica Alemã” e a “Escola dos Annales”. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 17, n, 24, p. 7-36,dez. 2010. Disponível em: <[www.periodicos.ufsc.br/index.php/.../2175-7976.2010v17n24p7](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/.../2175-7976.2010v17n24p7)> Acesso em: 03/10/2011.

BERNAL, M. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, P.P. A. (Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 13-32.

BESOUCHET, L. **Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRANCAGLION, A. Coleções Egípcias no país. In: BAKOS, M. (Org.). **Egiptomania**. O Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editora, 2004. p.31-41.

BURLEIGH, N. **Miragem**. Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito. São Paulo: Editora Landscape, 2008.

BURKE, P. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. A Revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997. p. 378.

COSTA, K. L. D. Pedro II e suas viagens ao Egito: repercussão na imprensa caricata. **Revista Litteris**, n° 4, mar; 2010. Disponível em: <<http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/dpedroIIesusasviagensaoegito.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

CAMARA, G. M. **“Então é esse o Imperador? Ele não se parece nada com reis”**: Algumas considerações sobre o intelectual Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Narrar e Dominar**: Algumas representações do antigo Egito realizadas pela França e pela Inglaterra na primeira metade do século XIX. 64 f. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, M. T. Diários Pessoais. Territórios abertos para a História. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

DAVID, R. **Handbook to Life in Ancient Egypt**. New York: Oxford University Press, 2007.

DEBANNÉ, N. D. Pedro II no Egypto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, p. 131-157, 1913.

DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo e Arqueologia: O contexto político da nossa disciplina. **Revista Aulas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-42, out./nov. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/volume02>>. Acesso em: 15/3/2012.

DIERCKX, A. **Egiptomania no campo dos brinquedos**. 53 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DISCURSO. In: SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.101-104.

DUBY, Georges. Un nominaliste bien tempéré. **Dialogues**, Paris, Flamarion, 1980. p.37-66.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**. Volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA, L. M. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, p. 9-36, 1999.

FONTANA, J. Historicismo e Nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004. p. 221-241.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FUNARI, P. P.A. & FUNARI, R. S. Ancient Egypt in Brazil: A Theoretical Approach to Contemporary Uses of the Past, **Archaeologies**, v. 6, p. 48-61, 2010.

FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. Introdução. In: FUNARI, P. P. A., SILVA, G. J., MARTINS, A. L. (Org). **História Antiga**: contribuições brasileiras. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2008. p. 11-13.

FUNARI, R. S. O interesse pelo Egito Faraônico: uma aproximação inicial. In: FUNARI, Pedro Paulo A., SILVA, Glaydson José, MARTINS, Adilton Luís (Org). **História Antiga**: contribuições brasileiras. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 2008.

FUNARI, P. P A.; RAGO, M. **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, 2008.

GARRAFFONI, R. S. Arqueologia e História: a busca por um diálogo. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Antiguidade e medievo**: olhares históricos-filosóficos da educação. Maringá: Eduem, 2008.

GARRAFFONI, R. S.; STOIANI, R. Escavar o passado, (re)descobrir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, n. 6, p. 69-82, dez.2006.

GOUVÊA, F. C. **O Imperador Itinerante**. Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, 1988, v. 1, n. 1, p. 4-27.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaios sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **La invención de la tradición**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

HOLANDA, S. B. O atual e o inatual em Leopold Von Ranke. In \_\_\_\_\_. **História: Ranke**. São Paulo: Ática, 1979. p. 65-79.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

JOHNSON, P. **História ilustrada do antigo Egito**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

JR., C. P. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

JUNQUEIRA, N. M. Uma viagem ao Antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert. **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 245-265, 2008.

\_\_\_\_\_. *Voyage em Égypte*: As representações do Antigo Egito na narrativa de Gustave Flaubert durante o imperialismo francês do século XIX. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil**. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009

LE GOFF, J. (Org.). **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LIMA, Luiz Costa. “A Narrativa na escrita da História e da Ficção”. In: \_\_\_\_\_. **A Aguarrás do Tempo**: estudos sobre narrativa. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.

LOCKS, M.; SANTOS, M. E. Templos, crocodilos e múmias: ex-votos de Sobek da coleção do Museu Nacional. **Revista Uniandrade**, Curitiba, v. 6, n. 1, jan./jun. 2005.

LYRA, H. **História de D. Pedro II (1825-1891)**. Ascensão (1825-1870). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, v. 1.

\_\_\_\_\_. **História de D. Pedro II (1825-1891)**. Fastígio (1870-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, v. 2.

\_\_\_\_\_. **História de D. Pedro II (1825-1891)**. Declínio (1880-1891). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, v. 3

MARTINS, E. R. Introdução: O renascimento da História como ciência. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **A História pensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARTIUS, K. F. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, 1845.

MELLA, F. A. A. **O Egito dos faraós: história, civilização, cultura**. São Paulo: Hemus, 1981.

OLIVEIRA, A. R. Sobre a cor da noite: teorias raciais e visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX. **Revista Múltipla**, Brasília, n. 14, p. 87-124, 2003.

OLIVIER, L. As origens da arqueologia francesa. In: FUNARI, P.P. A. (Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier. Campinas: IFCH/Unicamp. p. 35-62.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIRES, J. R. F. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)**. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007

\_\_\_\_\_. A narrativa de viagem como exercício auto-referencial da memória: o exemplo de D. Pedro II. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH DO RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : NUMEM, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276468137\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276468137_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf)>. Acesso em: 12 de abril de 2011.

PUCCA, R. B. O pós-modernismo e a revisão da História. **Terra roxa e outras terras** – Revista de Estudos Literários, Londrina, v. 10, 2010. Disponível em: <[www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g\\_pdf/vol10/10\\_7.pdf](http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol10/10_7.pdf)> Acesso em: 27/11/2011.

RAGO, M. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 9-13.

RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, 7(1-2), p. 87-92, out. 1995. Disponível em: <[www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/.../efeito.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/.../efeito.pdf)> Acesso em: 12/03/2012.

REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: \_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 289-310, 2002.

SAUER, E. B (Org.). **Archaeology and Ancient History**. Routledge: London, 2004.

SAUNERON, S. **A Egiptologia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999

\_\_\_\_\_. (Dir.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Volume 2. A construção nacional: 1830 – 1889. Rio de Janeiro: Mapfre e Editora Objetiva, 2012, v. 2.

SCHWARCZ, L. M. & DANTAS, R. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 46, fev. 2008. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S002038742008000200005&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S002038742008000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 31 de agosto de 2010.

SÊGA, R. História e Política. **História: Questões e debates.**, Curitiba, n. 37, p. 183-195, 2002.

SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado: um estudo das apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume, 2007.

THIESSE, A. M. Ficções criadoras: As identidade nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

TRIGGER, B. G. Arqueologia Clássica e Antiquarismo. In: \_\_\_\_\_. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VERCOUTTER, J. **Em busca do Egito esquecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.